



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1763/15	DATA: 17/09/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h15min	TÉRMINO: 13h21min	PÁGINAS: 81

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KENJI OTSUKI - Executivo do Banco Schahin.  
WALTER TORRE JUNIOR - Presidente da WTorre Empreendimentos Imobiliários S.A.  
FRANK GEYER ABUBAKIR - Ex-Diretor, Acionista, Controlador e Membro do Conselho de Administração da Unipar Carbocloro S.A.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 49ª Reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata, por solicitação do. Deputado Antônio Imbassahy.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente

Petição assinada pela defesa de Frank Geyer Abubakir, convocado por esta CPI, informando que comparecerá à audiência pública para seu depoimento e exercerá o seu direito constitucional de silêncio, invocando também direitos à não autoincriminação e à assistência de advogado, conforme decisões judiciais anteriores em situações idênticas.

Esta Presidência reconhece a pertinência das alegações, especialmente por estar o depoente sendo investigado no âmbito do Inquérito Policial nº 599, de 2014, conforme citado na petição e verificado junto à 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná. O convocado será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais.

Fax do Supremo Tribunal Federal, recebido na data de hoje, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, informando deferimento, em parte, do pedido de liminar do *Habeas Corpus* nº 130.325, impetrado em favor de Kenji Otsuki, para garantir ao paciente o direito de: ser assistido por advogado e de com este



comunicar-se; não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; e também de não se autoincriminar.

#### Ordem do Dia

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimentos com a presença dos Srs. Kenji Otsuki, Executivo do Banco Schahin (Requerimento nº 832/2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes); Walter Torre Junior, Presidente da WTorre (Requerimento nº 635/2015, de autoria do Deputado João Carlos Bacelar); e Frank Geyer Abubakir, ex-Diretor Presidente, acionista, controlador e membro do Conselho de Administração da Unipar Carbocloro S.A. (Requerimento nº 782/2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes).

Eu quero fazer aqui alguns esclarecimentos. Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente Walter Torre Júnior será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Quanto aos depoentes Kenji Otsuki e Frank Geyer Abubakir, estes serão ouvidos na qualidade de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais de não se autoincriminarem e permanecerem em silêncio durante as tomadas de depoimento.

Convido primeiramente o Sr. Kenji Otsuki a tomar assento à mesa.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Advirto V.Sa. de que será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor do requerimento aprovado, mas também a medida liminar concedida pelo Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, no *Habeas Corpus* nº 130.325, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Kenji Otsuki. *(Pausa.)*



**O SR. KENJI OTSUKI** - Bom dia a todos. Me deu esse tempo para falar, mas eu vou ficar em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Luiz Sérgio, para proceder aos seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Kenji, quais as funções que V.Sa. ocupa e ocupou nas empresas ou instituições financeiras do grupo Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. conhece ou teve algum contato com o doleiro Lúcio Funaro, indiciado na CPMI dos Correios por desvios dos recursos dos fundos de pensão?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico calado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, como tem sido o meu procedimento com os que optam pelo direito constitucional de ficar calado, já que isso não traz nenhuma contribuição a esta Relatoria, eu me dou por satisfeito. Satisfeito, não, frustrado é mais adequado.

Eu passo aos outros. Se alguns conseguirem que ele comece a falar, eu posso retomar, enquanto Relator, como me garante o Regimento, a qualquer momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. é o 1º Sub-Relator e tem a palavra. V.Exa. figura também como autor do requerimento. Eu indago se V.Exa. deseja juntar o tempo de 1º Sub-Relator com o tempo de questionamento ou se V.Exa. quer fazer de maneira separada?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES** - Prefiro fazer juntos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 15 minutos para fazer questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES** - Sr. Presidente, mais uma vez, estamos diante de um depoente que não responde, porque quer esconder as falcatruas de que participou na PETROBRAS.



O senhor, com todo respeito à idade do senhor, com todo respeito aos questionamentos, mas usar o direito de ficar em silêncio... A legislação é assim, mas a gente fica bastante frustrado. E eu até fico revoltado.

O senhor foi chamado de “o homem da propina do grupo Schahin”. O senhor era o homem da propina do grupo Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação do meu advogado, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor conhece Pedro Schahin, Carlos Eduardo Schahin, Milton Schahin, Salim Schahin, Rubens Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor sabe que eu espero... porque tem uma fase da Operação Lava-Jato reservada lá para o senhor participar. Infelizmente, com todo respeito à idade do senhor, mas é um absurdo um homem com a experiência do senhor, um homem com a vivência do senhor, com todo o meu respeito ao senhor, chegar aqui e não responder a perguntas que não vão incriminá-lo em nada. É um direito da defesa, mas o senhor chegar aqui... É uma falta de respeito com a CPI, com os profissionais que trabalham aqui não responder a perguntas que não vão incriminá-lo em nada ou até dizer que conhece aqueles que desviaram o dinheiro público e com quem o senhor trabalhou tantos anos juntos. O senhor não pode dizer nem que conhece?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor é o Presidente da *offshore* Turasoria S.A., sediada no Panamá?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A Turasoria é proprietária do Navio-Sonda SC Lancer, que faz parte dos contratos bilionários fraudados pelo grupo Schahin, acima de 10 bilhões de reais. Grupo que recebeu dinheiro público da PETROBRAS e não construiu o que deveria ter sido construído. Grupo Schahin que fraudou e fechou um banco, dando prejuízo a milhares de pessoas aqui no Brasil. Essa é a participação de gente com quem o senhor esteve junto, participou.



Provavelmente, dinheiro — para falar a palavra clara, porque a gente fica revoltado —, dinheiro roubado do povo brasileiro deve ter sido colocado nas contas das suas empresas lá no Panamá. O senhor deveria responder às perguntas simples aqui.

O senhor é Diretor da *offshore* Quibdo Corporation? Essa empresa tem como Diretores o Sr. Salim Taufic Schahin e Milton Schahin, do grupo Schahin. Coincidentemente, a mesma foi registrada pelo escritório de advocacia Icaza, usada por Paulo Roberto Costa para criar as empresas *offshore* do Paulo Roberto Costa.

O senhor sabia disso?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor é envolvido com o grupo Schahin, o senhor é envolvido com Paulo Roberto Costa, o senhor é envolvido com Alberto Youssef, mesmo, mais uma vez eu vou dizer ao senhor, com o meu constrangimento aqui em fazer essas colocações, pela idade do senhor, não é? Senão, chega todo mundo aqui na CPI, como chegou agora o outro, que fez aqui, terça-feira... o dono da... Ricardo Pessoa. Vem aqui com uma cara de arrependido, seus advogados, usa o direito de ficar em silêncio. Nós somos brasileiros!

Hoje, doutor, o senhor está fazendo o papel de advogado, eu estou aqui como Deputado. Na próxima eleição, eu posso não estar aqui, mas o senhor tem os seus filhos, eu tenho os meus filhos. Isso tudo aqui vai passar. As pessoas que estão aqui, os profissionais, daqui a pouco, não estão aqui, estão em outro... E a gente tem que ficar sujeito a esse papel?

Chega aqui o Ricardo Pessoa arrependido. Fez um negócio lá em Itaboraí, lá no COMPERJ, deixou todo mundo arrebatado. De 11,5 bilhões de reais!

O cliente do senhor está envolvido com gente que trabalhou aí com mais de 10 bilhões de reais, envolvido no mesmo desvio. Aliás, não nos mesmos desvios, porque eram vários tipos de ações, não é? Era em construções de refinaria, era em construção de plataforma, de navio, recebia antecipado... Isso é de revoltar.

O senhor também. Imagino que tenha família, tenha filhos, netos. É muito ruim para a gente, que faz esse papel aqui hoje na CPI, perguntar e não ter uma resposta simples. O senhor poderia dizer: “olha, sobre essa questão, eu me reservo o direito de ficar em silêncio”, mas é triste isso.



O senhor está envolvido com todo mundo. O senhor conhece o José Jannarelli?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O seu sócio. O seu sócio, José Jannarelli.

O senhor conhece a Sra. Lilian de Muschett?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sua sócia. São sócios do senhor.

Eu queria saber se eles são sócios do senhor só lá na *offshore* ou se são sócios do senhor também no esquema de recolher propina diretamente aqui no Brasil.

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor servia como laranja do grupo Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Como o senhor explica ser proprietário de um navio-sonda que tem contrato bilionário com a PETROBRAS?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, vou acabar de usar o meu tempo aqui fazendo uma colocação para V.Exa., que é o nosso Presidente, jovem que vem tocando uma CPI talvez da maior repercussão nacional de todos os tempos. Se bem que temos outras CPIs importantes em funcionamento, já tivemos também. Eu quero deixar aqui uma opinião registrada.

Eu, neste momento, vou parar de fazer os questionamentos. Obviamente, estou muito insatisfeito. Espero que a CPI possa, no momento certo, encaminhar ao Ministério Público Federal, e que nós possamos ter a condição de falar sobre



aqueles que vieram aqui. Porque o Ministério Público Federal tem feito um papel espetacular, mas não tem tempo de alcançar tudo o que eles vão alcançar.

Numa palestra, um procurador que vem desenvolvendo um papel fundamental na Operação Lava-Jato, agora em São Paulo, disse da importância do trabalho da CPI esta semana. E ele disse também que a CPI vem fazendo, às vezes, mais do mesmo; que nós temos que abrir outras frentes, frentes de investigação de pessoas e de empresas; de pessoas como o Sr. Kenji Otsuki. Com certeza, tem muita história aí relacionada às propinas.

E eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que dei entrada em vários requerimentos, mas infelizmente nós não temos tempo de ouvir todos. A minha sugestão foi a de que os meus colegas fizessem também requerimentos a esse respeito.

Nós recebemos aqueles 146 contratos da PETROBRAS. Acho que deveríamos fazer requerimentos para ouvirmos todos os sócios das empresas que firmaram esses contratos ou, pelo menos, dos sócios-gerentes. Por quê? Para a CPI deixar registrado o nome das pessoas responsáveis por essas empresas. E digo isso porque, seguindo uma opinião do Procurador do Ministério Público, um dos responsáveis por essa grande Operação Lava Jato, às vezes a gente está fazendo muito do mesmo que já foi feito. É óbvio que a gente não poderia deixar de ouvir o Ricardo Pessoa, como outros, mas eu acho que devemos apontar nos nossos requerimentos, mesmo que não nós não tenhamos tempo de ouvir, tudo aquilo em que a gente acha que pode haver fraude. E nas empresas da PETROBRAS — a CPI tem os contratos, e eu também os tenho porque estou trabalhando neles — existem, Deputado Bruno Covas, muitos indícios de fraude. Refiro-me a indícios de coberturas de preços de licitação. Talvez alguns não tenham nenhum problema, outros tenham problemas.

Então, eu vou fazer esse procedimento. E gostaria de pedir ao senhor que nós pudéssemos, obviamente, daqui até o final da CPI — apesar de termos o problema de espaço aqui na Casa, que é um problema grave, nós não temos espaço para ouvir —, fazer um esforço da sub-relatoria para ouvir essas pessoas, mesmo que não sejam ainda empresas que foram alcançadas pela Lava Jato, porque fizemos esse papel aqui: tivemos empresas que nós citamos aqui e que a



Lava Jato não havia investigado, não havia tido escândalo, e depois houve grandes escândalos com essas empresas.

Então, sugiro que nós possamos avançar naquilo que a Lava Jato ainda não alcançou até o final da nossa CPI. E solicito também que, nos nossos relatórios, possamos fazer constar esse tipo de posicionamento, de atitude, que é dentro da lei, mas que vemos ser uma afronta aqui à CPI, não afronta à sociedade. Chegar um convocado aqui e dizer que não pode responder nada, realmente, é uma situação lamentável.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que vou protocolar vários outros requerimentos para a oitiva de pessoas referentes aos contratos da PETROBRAS que ainda não foram alcançadas pela Lava Jato. E acho que nós deveríamos tentar, até o final da CPI, ouvir aí um máximo de pessoas, mesmo aqueles que não tiveram ainda repercussão em mídia, que foram alvo de escândalos, porque nós temos que fazer um trabalho técnico. Às vezes, o trabalho técnico é aquele que se faz ainda que não haja qualquer tipo de denúncia, mas que se justifica quando estamos desconfiados de um contrato. Aliás, na PETROBRAS, nós temos que estar desconfiados de todos os contratos.

Eu quero só, Sr. Presidente, dizer também da importância de trazer aqui mais algumas figuras da PETROBRAS. E eu vou usar 2 minutos do tempo de Liderança mais adiante para trazer outros nomes, pois estou chegando a alguns deles através desses contratos que estou investigando. Acho fundamental que possamos trazer à CPI pessoas, Deputado Bruno Covas, que estão substituindo aqueles que estão presos, pessoas que trabalhavam ao lado daqueles que estão presos, pessoas que faziam parte do mesmo time e que até hoje estão lá quietinhas, a quem não chamamos e que ninguém chamou ainda.

Então, eu acho que vale a pena a CPI fazer esse tipo de avanço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Quero, primeiro, cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que tem feito aqui na CPI, sempre abordando temas que estão correlacionados com a Operação Lava Jato e temas que não estão a ela correlacionados, mas procurando sempre contribuir e trazer novidades para o nosso trabalho de investigação.



Quero dizer que V.Exa. receberá o tratamento que sempre recebeu desta Presidência para priorizar aquilo que for mais importante para a sua sub-relatoria, visando a elaboração de relatório condizente com a verdade.

Eu passo a palavra ao Deputado Bruno Covas, segundo Sub-Relator, que tem até 10 minutos para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia, Presidente, Deputado Hugo Motta; bom dia a todos!

Sr. Kenji, o senhor poderia nos esclarecer que tipo de vínculo o senhor mantinha com o Grupo Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É uma pena porque o que nos consta é que uma das atribuições do senhor era a movimentação de recursos no exterior para o Grupo Schahin. O senhor poderia confirmar isso?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É uma pena. O que nos consta é que o senhor tinha conhecimento de várias *offshores* que eram utilizadas pelo Grupo Schahin para movimentar recursos no exterior. O senhor poderia listar essas *offshores*?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O que nos consta também é que uma dessas *offshores* era a S&S Financial Services. O senhor pode confirmar isso?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, eu fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Também o que nos consta é que essa *offshore* era usada para pagar propina a vários agentes públicos no Brasil. O senhor pode confirmar isso?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor poderia pelo menos nos dizer quem eram esses agentes públicos que recebiam propina através dessa *offshore*?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, fico em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, dado o silêncio do depoente, vou declinar de fazer as demais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Sub-Relatores e tendo falado o autor, Deputado Altineu Côrtes, vamos às inscrições.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Presidente, eu solicitei também o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer usar agora o tempo de Líder?

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 10 minutos como Líder e, em seguida, 3 minutos para fazer perguntas ao depoente.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado. Presidente, eu solicitei o tempo de Líder porque eu queria trazer um assunto importante para esta CPI.

Na semana passada, Presidente, eu fui procurado por ex-funcionários da Odebrecht. Coincidentemente, mais ou menos nos mesmos dias em que a CPI estava em Curitiba, ouvindo o dirigente da Odebrecht, eu fui procurado por ex-servidores, ex-funcionários dessa construtora, que me trouxeram documentos que comprovam a corrupção na Odebrecht, na década de 80, em obras públicas, algumas iniciadas, inclusive, nos anos 70.

Para aqueles que falam da ditadura como se fosse um tempo em que não havia corrupção, essa é mais uma prova de que os esquemas envolvendo as grandes construtoras no Brasil e o poder público ocorreram na década de 70, na década de 80, na década de 90 e no atual século.

Eu achei por bem, Presidente, entregar todos os documentos originais ao Delegado Bráulio Cezar Galloni, Coordenador-Geral de Polícia Fazendária, na sede da Polícia Federal, antes de trazê-los à CPI. Eu estive lá. Levei todos os



documentos para ele. São documentos do caixa dois da Odebrecht do final da década de 80.

Fui informado pelo Delegado Alexandre de que esse material foi enviado a Curitiba, onde será anexado ao inquérito da Operação Lava Jato.

Fiz cópias de todos os documentos e vou entregá-las, Presidente, a esta CPI para ajudar nas investigações. Esses documentos estão todos digitalizados e, a partir de hoje, eu vou disponibilizá-los no nosso Facebook para qualquer pessoa poder ter acesso a eles. Como são documentos antigos, com certeza os crimes estão prescritos e vão entrar na lista de todos os crimes que, no Brasil, não foram apurados ou não foram denunciados ou prescreveram.

O próprio Delegado Galloni ressaltou, no entanto, que os documentos dos depósitos das contas correntes no Brasil e no exterior podem ser úteis para linhas investigativas da Polícia Federal e, principalmente, que o livro de código utilizado na empresa pode ajudar a identificar outros pagamentos. É interessante, porque, no livro, há o nome da pessoa que recebia a propina, o código que era utilizado na Odebrecht, e a obra de que a Odebrecht tirava o dinheiro para pagar a propina. Está tudo muito bem documentado, inclusive com códigos bem criativos, como “cisne”, “pequeno suíno”, “*whisky*”, “*brother*” e por aí vai.

Também foram entregues documentos de depósitos do ano de 1988. Infelizmente, eles só tiveram como apresentar documentos de depósitos do ano de 1988, não de anos anteriores.

Importante ressaltar que esses documentos são indícios muito consistentes, que podem servir para ilustrar muita coisa. Inclusive, o delegado sugeriu que a CPI fizesse um pedido de compartilhamento para que tenhamos acesso às perícias e à repercussão e ao desdobramento dessa investigação pela Polícia Federal.

Dar consequência a esse material é uma forma de a CPI avançar e, inclusive, dirimir qualquer dúvida que tenha ficado, porventura, quando da oitiva do Sr. Marcelo Odebrecht. A imprensa classificou como excessivamente lisonjeiro o tratamento da CPI ao depoente.

Eu conversei com as pessoas que trabalharam naquele período na Odebrecht, e elas deixaram claro que toda essa movimentação passava por fora da contabilidade oficial da empresa. Além de ajudar a desvendar os crimes cometidos,



isso é revelador de como o esquema funcionava. A contabilidade utilizou esse livro de códigos e esse procedimento na década de 70, na década de 80, portanto, há mais de 30 anos, correspondendo ao período do regime militar e da transição para a democracia.

Para boa parte da propina, mesmo em obras realizadas no Brasil, a orientação escrita era pagar em dólar *black*. Para o pessoal mais jovem, isso é dólar do mercado negro, que era comercializado ao arrepio da lei. Os pagamentos eram feitos em depósito bancário, a partir da agência do falido Banco Econômico, dentro da sede da Odebrecht, em Salvador. Também, na calada da noite, políticos e agentes públicos regularmente visitavam a Odebrecht para receber caixas de camisa que eram usadas para colocar os pacotes de dinheiro.

Presidente, vou me reservar o direito de não citar nomes, mas quem quiser vai poder acessar o Facebook e ver as cópias que eu tenho aqui.

Para dar como exemplo, uma das obras que aparece com vários agentes públicos recebendo propina, na lista de beneficiários do esquema, é a da Barragem Pedra do Cavalo. É uma barragem que fica na Bahia. Foi construída entre 1978 e 1985, pela Odebrecht.

Entre os vários códigos de nomes de pessoas que receberam propina, segundo a documentação da Odebrecht, está um político que, no livro de códigos, é chamado de almofadinha. A título de informação, essa pessoa, na época, ocupava cargo de direção na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e presidia o Conselho da Companhia do Vale do Paraguaçu, estatal que contratou a obra da Barragem Pedra do Cavalo. Esse político está no livro de códigos, apontado como beneficiário de recursos da Barragem Pedra do Cavalo, desviados para corrupção.

Outra obra na Bahia, Presidente, que está na lista da Odebrecht de pagamento de propina é o sistema de irrigação em Campo Formoso, na Bahia. Há muita documentação, até porque 1988 foi o primeiro ano dessa obra, que só terminou 11 anos depois.

Entre os nomes, consegui identificar alguns funcionários de carreira que ocuparam cargo de destaque na CODEVASF, que foi quem contratou a obra. Esses, Presidente, eram os Pedros Baruscos da época. Cumpram eles, na CODEVASF, o mesmo papel que Barusco cumpriu, recentemente, na PETROBRAS.



Para continuar na Bahia, a lista também tem o Transporte de Massa de Salvador, que nada mais é do que um projeto de transporte público contratado na Odebrecht para a cidade de Salvador, que poderia gerar um VLT ou um metrô, mas não saiu do papel. Apesar de não ter sido construído nada desse projeto, recursos foram desviados e pagos a título de propina a diversos agentes públicos.

Mas a lista não se resume à Bahia, não. A lista tem obras como o metrô de Recife, em Pernambuco; a ponte de Vitória, no Espírito Santo; os canais de Cuiabá; o porto de Natal, no Rio Grande do Norte; o esgotamento de Rondonópolis, em Mato Grosso; a ponte de Colatina, no Espírito Santo; a BR-163; a BR-101; a Transmaranhão; a reforma no Aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro.

E mais: a corrupção não é só nacional, não; é internacional — Usina de Capanda, em Angola, Usina de Charcani, no Peru.

A Odebrecht, nas décadas de 70 e 80 — e deve ter continuado, com certeza —, pagou propina para autoridades também em outros países. Não corrompeu só aqui no Brasil, não. Eu não sei se ela exportou ou importou a corrupção, mas há vários documentos de depósitos em paraísos fiscais, que receberam contas, valores elevados em dólar, transferidos de recursos públicos do Brasil, do Peru e de Angola.

E é até interessante porque na lista a gente conseguiu identificar um que é chamado de “Pescoção”. Pescoção foi o nome dado a uma pessoa que nós descobrimos que é tio do ex-Presidente peruano Alan García, que foi Presidente na época, de 1985 a 1990 e depois voltou. O tio dele, inclusive, o Pescoção, teve duas denúncias de tráfico de patrimônio nacional e tráfico de influência.

Na década de 80, Furnas prestou assessoria técnica. O problema de corrupção em Furnas não começou com o episódio conhecido como “Lista de Furnas”, não; foi antes. Deputado Altineu Côrtes, esse problema é de antes. Na década de 70 a 80, Furnas prestou assessoria técnica a Usina de Capanda, em Angola. Nós encontramos na lista funcionários de Furnas que receberam propinas originárias de recursos pagos pelo Governo de Angola para a obra de Capanda. Encontramos pelo menos quatro funcionários na lista.

No projeto do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, no seu Estado, um comandante da Aeronáutica está na lista. É conhecido e estava identificado na lista como “Positivo” — provavelmente pelo fato de falar



“positivo e operante”. E ele operava. Há anotações de pagamentos em que ele recebeu 2% de alguma coisa. Não diz o total, mas ele recebia 2%.

Do que nós encontramos, na época dava 5,5 milhões de cruzados. Não dá nem para ter dimensão do quanto seria isso hoje. Há na lista um Senador que aparece como “Paris”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem mais 3 minutos para os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Nas anotações descobriu-se que ele recebia a propina aqui em Brasília. Era um Parlamentar do Estado de Goiás, e a obra era a Usina Cachoeira Dourada.

Eu encontrei na lista seis ex-Governadores, dois ex-Ministros, dezenas de Deputados e até membros do Judiciário. É um lista pública. Para quem quiser consultar, vou disponibilizá-la.

Voltando à Bahia, o então Presidente da CERB, Companhia de Engenharia Rural da Bahia, está listado recebendo recursos da obra contratada da Adutora do Sisal. E a contabilidade consigna assim: “*Adutora do Sisal: 2% para Melão, 3% para Bonito. Adutora do Rio Manso, 5% para Bisu*”. Esses são os codinomes.

E não para por aí. É uma verdadeira lista de obras públicas e daqueles que sangraram o dinheiro público com a corrupção que alimentou políticos — Governadores, Deputados, Senadores, dirigentes dos partidos —, os quais até hoje devem estar usufruindo disso e se dizendo arautos da moralidade. É impressionante!

A lista de Furnas — é bom lembrar, pois aparece Furnas aqui novamente — continha 156 políticos, entre eles o próprio Aécio Neves. E aqui o Youssef confirmou a destinação de recursos a ele. Mas também aparece o Prefeito de Salvador, ACM Neto; o Jutahy Junior, do PSDB; o José Carlos Aleluia, do DEM, enfim, vários políticos do PSDB e do DEM.

Mais recentemente, em 2009, o Fausto Macedo, do Estadão, competente jornalista que tem acesso aos vazamentos seletivos da Operação Lava Jato antes de qualquer um de nós, Deputados da CPI — e ele tem fonte privilegiada —, publicou a lista da Camargo Corrêa, outra lista que tinha mais de 200 obras, com as respectivas planilhas e nomes dos políticos que recebiam recursos.



As planilhas foram apreendidas na casa de Pietro Bianchi. E eu estou aqui há meses, Sr. Presidente, vou lembrar mais uma vez, solicitando a esta CPI que ouça o Sr. Pietro Bianchi e solicite as planilhas que a Polícia Federal apreendeu da lista da Camargo Corrêa.

Aliás, vamos parar com esse conto-da-carochinha do qual tanto aqui quanto o pessoal lá de Curitiba fica querendo nos convencer. Empreiteira, gente, paga propina a agente públicos e políticos por percentuais em cima de obra. A gente está vendo que isso é mais velho do que a nossa democracia, infelizmente. Nós temos que acabar com o financiamento privado empresarial de campanha.

Queria pedir à Presidenta Dilma inclusive que vetasse a proposta que esta Câmara aprovou. Não basta punir os corruptos, tem que acabar com o determinante da corrupção. E o que gera a corrupção no Brasil — e aqui está provado nesta CPI — é a relação promiscua entre as empresas privadas contratadas e os agentes públicos. São eles os grandes financiadores da corrupção nas campanhas eleitorais. Enquanto não acabar o financiamento privado de campanha eleitoral, vamos ficar com essa cara de pau.

E me permitam: eu não aceito quem diga que é contra a corrupção e defenda financiamento privado na campanha eleitoral, porque a investigação sobre todas essas empresas que passaram por aqui no banco da CPI comprovou que o que gera a corrupção, o desvio e a propina é essa relação promiscua.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, porque meu tempo se esgotou, eu vou passar a suas mãos toda essa documentação e disponibilizá-la em meio digital, através do Facebook, para qualquer um dos telespectadores que queiram ter acesso à lista da Odebrecht. Eu espero que eles possam também publicizar a lista da Camargo Corrêa, porque a listra de Furnas já foi publicizada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - E espero que todas elas sejam apuradas, Presidente, e que a gente dê efetivamente uma grande contribuição para acabar com a corrupção no Brasil, punindo a corrupção de todos os agentes públicos e acabando o financiamento privado empresarial.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado André Moura é Sub-Relator e tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Srs. Deputados membros desta Comissão, Sr. Kenji, de quantos contratos V.Sa. tem conhecimento que foram fechados com a PETROBRAS mediante pagamento de propina?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Kenji... Aliás, não vou chamá-lo pelo seu nome, Sr. Kenji, vou chamá-lo como o senhor deve ser chamado: “pagador de propinas”.

Pagador de propinas, V.Sa. concorda que a Família Schahin é considerada por muitos do ramo do petróleo como aventureira e oportunista, tanto quanto é V.Sa.?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual é o *know-how* que a Schahin possui para atuar no ramo petrolífero?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. “pagador de propinas”, há informações de que a maioria dos contratos da PETROBRAS com a Schahin é firmada por *offshores*, sendo por volta de umas 107 *offshores*. O senhor confirma essa informação?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor vai continuar por muito tempo, eu espero, em silêncio, sem ter com quem conversar, atrás das grades. Como o senhor está aqui em silêncio, vá se acostumando, vá treinando isso, porque eu acho que V.Sa. vai passar muito tempo sem ter com quem conversar, ou talvez só tenha para conversar os seus parceiros da corrupção da PETROBRAS, onde V.Sa. era o pagador de propinas responsável.



O senhor não teme ser preso nas próximas etapas da Operação Lava Jato?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Por qual membro da Família Schahin V.Sa. foi indicado para fazer parte do grupo?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Já foi perguntado aqui, se não me falha a memória pelo Deputado Bruno Covas, de que forma a propina paga por V.Sa. em nome da Schahin era feita: em dólares ou em euros?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas era em dólares, não é?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor sabe que era em dólares que o senhor pagava propina, a roubalheira, não é?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - É uma cara de pau danada.

V.Sa. já reuniu com o Sr. Pedro Barusco?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E com o Sr. Renato Duque?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Paulo Roberto, José Dirceu, Antônio Palocci, João Vaccari?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Vossa indicação para integrar o corpo executivo do Grupo Schahin teria interferência de um desses senhores citados?



**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Considerando o arrendamento de plataformas de perfuração para a PETROBRAS, estimado em 5 bilhões de dólares, quanto foi pago em propinas especificamente na vigência desse contrato?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, eu não vou perder mais o meu tempo, já que o Sr. “pagador de propinas” não está disposto a colaborar. Eu quero aqui dizer que não adianta a gente estar aqui perdendo tempo. Todos nós já sabemos qual era a função que ele exercia dentro do Grupo Schahin, que era ser responsável por pagar as propinas em dólar, não é? Mas, infelizmente, ele não quer contribuir. Espero que muito em breve a gente possa vê-lo aí — quem sabe, não é? —, nas próximas operações da Lava-Jato. Assim eu espero e tenho certeza de que boa parte da população deste País também aguarda, com muita ansiedade, que pessoas como V.Sa. possam realmente pagar. Já que o senhor era o pagador de propinas, que o senhor possa pagar pelo grande mal que causou ao País, à PETROBRAS. E eu espero que isso seja o mais breve possível, para que a gente tenha a certeza de que a justiça neste País esteja sendo feita. Para que a justiça seja feita, logicamente que o senhor, provavelmente, vai terminar, como outros companheiros seus, atrás das grades, para se fazer justiça neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..

Indago ao Deputado Prascidelli, se, como Sub-Relator, deseja fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Não vou fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo membro inscrito é o Deputado Izalci. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama. V.Exa. tem até 3 minutos.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Kenji Otsuki... Eu não sei se eu pronunciei certo. O senhor poderia me dar a sua idade? Se o senhor não puder me dar, eu pediria até aos seus advogados que pudessem nos dar a sua idade.

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por favor, pergunte ao advogado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - *(Risos.)* O senhor não responde essa também? Qual a sua idade?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Sessenta e seis anos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sessenta e seis anos. Sr. Otsuki, o senhor já tem essa idade, está aqui diante de uma CPI e, naturalmente, aparenta um certo abatimento com o fato de estar aqui para ser inquirido, para ser ouvido. E, naturalmente, recorrendo a um direito que lhe é assegurado, que é o direito de ficar em silêncio. Mas consta contra o seu grupo uma denúncia muito grave, escabrosa, não é? Quando se fala em desvio de recurso público, automaticamente se está falando também em matar pessoas, porque desvio de recursos tira, por exemplo, da saúde — especialmente da saúde —, de modo que acaba eliminando-se a possibilidade de tratamento. E, se não trata, automaticamente, chega-se à morte, não é? Isso é um fato.

Mas também consta contra o seu grupo uma denúncia de uma verdadeira negociação, que seria para o pagamento de uma chantagem para se evitar uma denúncia grave: o assassinato de uma pessoa. E aí, num primeiro momento, o Banco Schahin teria feito um empréstimo de 12 milhões de reais, que seriam repassados ao Ronan, que estaria, na verdade, fazendo uma chantagem. E, depois, o Banco Schahin acaba sendo beneficiado com um contrato, junto à PETROBRAS, de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

E eu pergunto ao senhor: esse contrato junto à PETROBRAS foi um contrato de fato, para compensar esse empréstimo que foi feito? E aí eu também lhe pergunto: o Bumlai, por exemplo, pagou esse empréstimo?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pelas informações que eu tenho aqui, um terço do total das suas empresas obteve, na Justiça de São Paulo, o



benefício de recuperação judicial, as demais não. Como é que vai ficar a situação das demais? Elas vão dar calote também nos seus credores? Quanto à situação delas, será decretada, por exemplo, concordata, falência, ou coisa parecida?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Isso sem falar que parte das empresas também do senhor, do Grupo Schahin, estão, na verdade, hoje, quebradas, não é? Por exemplo, nos contratos da PETROBRAS, houve um corte da ordem de 15 bilhões de reais, sem falar, por exemplo, que as sondas que ficaram inativas, que ficaram paradas, também deverão pagar multas de 10%. Ou seja, é muito dinheiro que se perde. E mesmo em tudo isso, o Grupo Schahin parece que não tem interesse em fazer recuperação do seu patrimônio. Parece, assim, que está muito desligado para isso. Ou tem dinheiro demais, ou já jogou a toalha e vai fazer falência mesmo. Dá para o senhor explicar melhor por que esse tipo de atitude por parte do Grupo Schahin?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Banco Schahin cometeu um crime. Ele cometeu, por exemplo, uma irregularidade, digamos assim, quando fez a apresentação da sua nota. Num primeiro momento, por exemplo, ele burlou colocando a sua classificação que seria E para B. E aí, acabou não tendo, ao que parece, nenhum tipo...

Eu queria pedir aqui para o nosso atendente, que, aliás, faz um grande atendimento a todos nós, um cafezinho e água.

Mas essa classificação, ele burlou: em vez de ser E, acabou colocando B, ou seja, uma classificação um pouco mais favorável. O Banco Central não fez nada? Deixou por isso mesmo: *“Tá bom, tudo bem, deixa aí. Vou me fazer aqui de olhos fechados, enfim, que não vi nada”*. É muito estranho isso.

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só para finalizar, ainda mais, sobre essa negociação que se deu, do caso do Bumlai, de 12 milhões de reais, não é? Foi um pedido do Lula?

**O SR. KENJI OTSUKI** - Por orientação dos meus advogados, continuo em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente, que também está ausente.

Deputado Augusto Coutinho, deseja fazer algum questionamento? Não?

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Vou permanecer calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E o Deputado Arnaldo Faria de Sá, como Sub-Relator? *(Pausa.)*

Não havendo mais Deputados inscritos, eu dispenso V.Sa., e já convido o Sr. Walter Torre Junior a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo, sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto, ainda, que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal, fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Walter Torre Junior.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Bom dia. Meu nome é Walter Torre Junior, sou engenheiro civil, tenho 59 anos. Sou empreendedor, abri minha primeira



empresa aos 16 anos. Tenho a construtora já há 35 anos, uma empresa que me dá bastante orgulho, dá bastante orgulho aos meus funcionários e acho que ao País. Tivemos inúmeros prêmios internacionais. Atuamos em várias áreas, especificamente na área de imobiliária. Então, nós temos um carro-chefe, que é a construtora. Depois, nós temos grandes propriedades comerciais. Essa empresa fez, para muito orgulho nosso, aproximadamente 6,5 milhões de metros quadrados para locação, sendo 5 milhões de armazéns. Para entender o que isso quer dizer, o Brasil tem, hoje, 14 milhões de metros quadrados de armazéns. Portanto, nós fizemos, aproximadamente, 40% de todos os armazéns no País, quase tudo isso para locação. Desenvolvemos várias indústrias, também nesse segmento. Essa nossa atividade é trazer facilidade, para que a empresa estrangeira chegue ao Brasil. Nós assumimos toda a parte imobiliária. Temos uma empresa de *shopping centers*. Construimos seis *shopping centers* e administramos alguns deles. Temos uma... algo que é bastante inovador, porque nossa empresa tem essa tecnologia, esse DNA de fazer, absolutamente inovações e novidades. Então, construimos, pela primeira vez, a primeira arena multiuso do País, um negócio que está bastante na mídia aí, que é a Allianz arena. Nós temos, diretamente, aproximadamente 5 mil empregados. E, há mais ou menos 8 anos, eu estou como Presidente do Conselho. Estou à disposição para responder as perguntas de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, para fazer os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. orgulha-se de ter como princípio, nos seus empreendimentos da WTorre, a agilidade e a eficiência, por se tratarem de obras, em sua maioria, privadas, pois costuma dizer que é necessária mais liberdade para desenvolver projeto de obras, o que, em certa medida, não acontece em obras públicas.

V.Sa. tem contratos com Prefeitura, Governos Estaduais, Governo Federal? Quais?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A nossa empresa, nesses 35 anos, ela nunca trabalhou para órgão público. Nós nunca fizemos nenhuma obra pública, e nunca recebemos nenhum dinheiro proveniente de obra pública. Não fizemos pelo seguinte motivo: existem dois tipos de forma de tocar uma obra, e os nossos



engenheiros são preparados para tocar obras que são privadas, e elas têm que ser entregues o mais rápido possível e não podem ter, não devem ter aditamento. Então, nossas equipes são treinadas para resolver os problemas na hora. E as obras públicas não devem ser tocadas assim. Elas devem ter um procedimento para o qual a nossa equipe não está preparada. Por isso, nós nunca nos atrevemos a fazer obra pública, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Grupo WTorre mantém contratos comerciais com a PETROBRAS, ou com algumas de suas subsidiárias? Há quanto tempo? Quantos contratos foram firmados? Quais o objetivo deles e quais os valores de cada um?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Nós fizemos, em 2010, o primeiro contrato com a PETROBRAS, que foi a construção do prédio do escritório no Rio de Janeiro. Eu posso contar um pouco sobre esse prédio, mas eu vou falar sobre os contratos primeiro. Participamos da vigência de um fundo, onde nós temos 20% de uma obra de trincagem em Rondonópolis. Então, primeiro, eu vou contar um pouquinho sobre o prédio que nós alugamos. Para V.Exas., que não conhecem a nossa empresa, nós somos líderes no segmento de construção de armazéns no Brasil e somos líderes no segmento de construções de prédios monousuários. Temos uma tecnologia para construir prédios extremamente eficientes. E o extremamente eficiente quer dizer o seguinte: ele é, no mínimo, o dobro de eficiente dos melhores prédios atuais. Isso é comprovado. Por exemplo, esse prédio que nós fizemos para a PETROBRAS ganhou o Prêmio Master Imobiliário, no País; foi representar o Brasil no mundo e ganhou como melhor edifício comercial do mundo naquele ano. Então, a nossa especialidade é construir prédios absolutamente atípicos e extremamente funcionais. Nós tínhamos o grande objetivo de, um dia, ter a PETROBRAS como inquilina. Nós temos 116 inquilinos, 105 multinacionais. E as principais empresas têm prédios nossos, os principais bancos — o Itaú, o Santander —, as principais empresas e escritórios. E o sonho da gente era conseguir ter a empresa líder no Brasil. A empresa PETROBRAS, em 2010, era tão impactante e tão impressionante que o *rating* dela era melhor do que o *rating* do País. Isso quer dizer que a gente conseguiria securitizar os recebíveis melhor até do que qualquer outro tipo de produto. Então, nós fizemos um prédio para a PETROBRAS, que foi entregue 2, 3



anos atrás, e agora estamos nesse para a BR Distribuidora. Estamos participando de um fundo que está construindo, em Rondonópolis, dentro de uma pera ferroviária, um silo, um armazém, para 9 milhões de litros de combustível. A obra está no segundo ou terceiro mês.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Com a PETROBRAS, limitou-se a esse contrato?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Com a PETROBRAS, limitou-se a esses dois contratos: um entregue e outro não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Um entregue e...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O prédio do escritório e esse para a BR Distribuidora. Com a PETROBRAS, um só; e com a BR Distribuidora, esse que está em andamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ambos no Rio de Janeiro?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. O da BR fica em Rondonópolis, Mato Grosso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. conhece o Sr. Paulo Roberto Costa? V.Sa. teve alguma relação com o Paulo Roberto Costa?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Nunca o vi e não o conheci. Fiquei conhecendo através da imprensa só.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E o Sr. Renato Duque?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu conheci o Renato Duque. Eu tive duas reuniões, três reuniões na PETROBRAS com o Dr. Renato Duque, porque nós discutimos essa... Primeiramente, foi um dique seco que nós fizemos, através da Rio Bravo. A contratante era a Rio Bravo, mas, tecnicamente, tinha que se conversar com toda a equipe técnica. E, na PETROBRAS, sempre conversávamos com 15 ou 20 pessoas juntas na mesa. Tinha uma das maiores mesas de reunião que eu já vi. Nunca tinha visto tanta mesa grande assim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Sr. Pedro Barusco também estava?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Pedro Barusco não. O Pedro Barusco não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ele não estava presente nessas reuniões?



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Eu o conheci no dia que houve uma visita política no estaleiro, mas eu não o conheci. Na PETROBRAS, eu nunca o vi, não. Aliás, eu fui à PETROBRAS só três vezes até hoje.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E a relação da WTorre com o Sr. Gerson Almada?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Gerson eu conheci alguns anos antes, quando eles assumiram o controle da ENGEVIX. E a ENGEVIX... Nessa hora, ele não estava participando, mas nós vendemos o dique seco para a ENGEVIX, quando nós desistimos do segmento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, V.Sa., ou a empresa de V.Sa., foi mencionado por delatores e outros envolvidos na operação de compra do Estaleiro Rio Grande. O que V.Sa. tem a explicar sobre essas menções? E o que V.Sa. poderia esclarecer sobre essa compra do Estaleiro Rio Grande?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Bom, sobre o que foi mencionado, para nós, é absolutamente impossível. Nossa empresa tem uma característica de ser absolutamente contrária a todo tipo de ilegalidade. A gente se orgulha dessa empresa. Essa empresa, além de tudo, tem o meu nome. Então, não consigo entender isso. Sobre a venda do estaleiro, nós... Posso falar um pouquinho sobre o estaleiro?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O estaleiro... O estaleiro foi um desafio da engenharia nacional. Nunca ninguém havia feito um estaleiro com essas proporções no mundo. Foi a primeira vez que foi feito um estaleiro com essa dimensão. E a nossa empresa, que é líder nesse segmento de inovações tecnológicas na engenharia civil, foi atrás, desenvolveu. Então, o estaleiro é um... Pela primeira vez, foi feito um estaleiro *widebody*, que é para fazer a plataforma inteira. E não por módulos. Isso traria uma economia gigante, porque, hoje, você, quando faz a plataforma em módulos, tem que levá-lo para alto-mar e montar em alto-mar. E, pela primeira vez, iria ter uma fábrica de plataformas, onde teria largura para fazer a plataforma inteira no mesmo local. Para entender essa complexidade, como ela é larga, a porta-batel que segura a água teria que ter os 130 ou 140 metros, e, portanto, a ponte rolante teria que ser superior a isso. Teria que ser acima de 140



metros. E, naquela época, foi feita a maior ponte rolante do mundo. Esse empreendimento, para o qual a nossa empresa dá uma característica exclusivamente mobiliária, quer dizer, nós locamos — nosso ativo principal é locação imobiliária, é construir para alguém que queira alguma coisa sob medida e pague o aluguel para nós —, isso foi uma empresa que se chama Rio Bravo. Havia um contrato, havia um fundo que tinha um contrato com a PETROBRAS, e essa empresa Rio Bravo fez uma concorrência privada para descobrir que empresa que gostaria de ser proprietária de um ativo locado para a Rio Bravo, que tinha como recebimento alugueres mensais da PETROBRAS. Nós fizemos isso. Foi um sucesso. Para as Excelências que, às vezes, não têm noção direta do tamanho, esse dique tem uma dimensão onde cabem três Maracanãs, só para entender o tamanho do buraco e o tamanho da complexidade. E esse é o nosso ativo. Um ativo imobiliário, como qualquer outra coisa, como um prédio, como um escritório. De difícil uso, mas com um cliente praticamente único, que é a PETROBRAS. Nós fizemos num determinado instante, nós abrimos outra empresa, pensando em entrar um pouco mais no segmento de óleo e gás. Vimos que era difícil, que não era muito para o nosso segmento. O nosso conselho administrativo, que é composto por diretores nossos e três conselheiros independentes, acharam que nós estávamos saindo muito do *core business*, ao entrar na empresa de óleo e gás. Então, nós resolvemos vender. Houve um.... Resolvemos que a gente venderia. Existiu um momento oportuno, em que a PETROBRAS divulgou no mercado que ela iria fazer 11 cascos. E nós achamos que seria exatamente esse o momento de achar algum comprador para comprar o dique, que é essa fábrica fantástica de plataformas, que faz três plataformas ao mesmo tempo. E contratamos banco para fazer a venda. E eu sei que no fim apareceram quatro interessados. E a ENGEVIX foi a que fez a melhor proposta para nós.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ainda sobre o Estaleiro Rio Grande, o delator Pedro Barusco afirma que, ao tratar da construção de navios-sonda, o negócio envolveu o pagamento de 60 milhões e que parte desse valor teria sido destinada ao pagamento de propinas.

V.Sa. tomou conhecimento dessas afirmações? O que V.Sa. poderia esclarecer a esse respeito?



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Excelência, nada. Nós não participamos dessa segunda fase. Nosso negócio era extremamente a fábrica, construir a fábrica de plataforma. Nós não entramos no segmento de plataforma, não tivemos reuniões, não ouvimos, não... Infelizmente, não temos nada a declarar. Não era nossa área de atuação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vocês apenas construíram a fábrica?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A fábrica, exatamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O que iria ser fabricado nessa fábrica, vocês não...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Nós só fizemos toda a estrutura, mais nada. E nosso relacionamento era com a Rio Bravo, mas a gente sabia de toda a necessidade. Tivemos alguns contatos com a PETROBRAS, é interessante para a gente explicar. Porque é assim: quando a PETROBRAS contratou, ela ainda não tinha a verdadeira noção de que tipo que seriam as plataformas que ela poderia vir a fazer. E aí nós, então... No decorrer da obra, ela foi definindo como seriam as plataformas, que cargas atípicas que precisaria ter, mas... Só falamos de plataforma do ponto de vista de fornecer infraestrutura para eles.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, mesmo assim, o Pedro Barusco afirma, em um trecho da sua delação, que teria recebido da WTorre, por intermédio do Sr. Carlos Eduardo Veiga, entre 2008 e 2009, um valor de 400 a 600 mil reais, para obter uma boa interlocução e acolhimento das demandas da WTorre no projeto referente ao Estaleiro Rio Grande. V.Sa. teve conhecimento desse fato? O que tem a esclarecer?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Impossível. Na nossa empresa, não. A gente não compactua, é impossível fazer isso na nossa empresa. Com absoluta certeza, não partiu da nossa empresa isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas ele acusa diretamente... O Sr. Carlos Eduardo Veiga foi funcionário da WTorre?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Carlos Eduardo Veiga foi apresentado por um dos nossos diretores dessa área, e ele acabou trabalhando conosco por 2 anos, para fundar, para fazer uma empresa, que era a WTorre Óleo e Gás. E, depois de 2 anos de desenvolvimento, de compra de alguns terrenos, a gente resolveu — o



que eu expliquei —, o conselho resolveu, porque saiu um pouquinho do *core business* nosso, então nós resolvemos sair. Mas o Carlos Eduardo trabalhou para nós por 2 anos. Ele é uma pessoa de notório conhecimento no segmento, trabalhava muito fortemente nessa área de plataformas. Eu sei que ele tem outros negócios, mas conosco ele trabalhou exclusivamente nessa linha. O depoimento do Barusco, eu não consigo entender, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mudando um pouco de assunto: a WTorre contratou em algum momento o ex-Ministro Antonio Palocci para prestar assessoria à WTorre, consultoria?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Nós tivemos alguns contratos sim com ele. Ele foi palestrante para nós por, mais ou menos, 13 ou 14 vezes. Nós tínhamos uma política de... Como a gente tem inúmeros clientes, e todas empresas muito grandes, e o Brasil vivia um momento — a gente tem que lembrar, de 2007 para 2008, a grande crise financeira global —, nós tínhamos o princípio de ter mensalmente pessoas com bastante conhecimento na área para nos fazer definições e mostrar por onde andava a economia. Lembra que os nossos negócios são negócios longevos, nossos contratos são de 10 ou 15 ou até 20 anos ou até 30 anos. Nós temos uma fábrica de automóvel locada por 30 anos. Então, nós precisávamos nos orientar naquele momento de crise. Usamos o ex-Ministro Antonio Palocci, mas usamos também vários, quer dizer, era uma política da nossa empresa. Tivemos o Kandir, tivemos o Dr. Alcides Tápias, tivemos o Prof. Belluzzo. Todas essas pessoas, mensalmente, elas nos faziam essas palestras. E sempre a gente convidava terceiros, algumas grandes, alguns com muitos convidados, outros com diretoria, mas...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O número de palestras, por exemplo, do Palocci é relativamente equivalente ao número de palestras do Belluzzo, do Kandir, ou de outros.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Aproximadamente, sim. Como era mensal, a crise durou... A instabilidade no Brasil, naquele momento, durou 3 anos mais ou menos, 2 anos, o número foi... O do Alcides Tápias não, porque ele acabou virando conselheiro independente na nossa empresa. Mas os outros, o Kandir e o Tápias, era aproximadamente igual.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E o valor da consultoria paga foi...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A nossa empresa pagava por cada palestra 20 mil reais. Pagava no mês que ele executava. Existia uma frequência que deveria ser, sempre que possível, a que o horário dos nossos palestrantes permitisse. Nós tínhamos uma data fixa, era na sexta-feira, primeira ou segunda sexta-feira do mês, mas havia a complexidade de agenda dessas pessoas, porque eram pessoas ocupadas. Mas geralmente tinha essa frequência: umas três ou quatro vezes por semestre.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O ex-Ministro José Dirceu também foi contratado para algumas palestras?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Nunca estive com José Dirceu. Não o conheço. Na verdade, eu o encontrei uma vez numa festa, mas não o conheço, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, uma última pergunta: o Barusco cita o Sr. Carlos Eduardo Veiga, que foi ex-funcionário da WTorre. E a WTorre tomou alguma providência jurídica em relação a essa afirmação dele na delação que ele prestou à Justiça?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não tomamos, não. Para nós, é tão inviável, é tão impossível, que nós não tomamos nenhuma... Não existe essa hipótese para nós, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em relação ao próprio Carlos Eduardo Veiga, V.Sa. não tem conhecimento se ele...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não. Não tenho conhecimento, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Aqui, para mim fica claro. Dou-me por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Coutinho) - Dando seguimento, vamos passar para o Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, que terá 10 minutos. V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Walter Torre Junior, o senhor começou aqui, nos primeiros minutos, falando que o senhor teve a primeira empresa



aos 16 anos, tem 35 anos de empresa, 5 mil funcionários. O senhor se arrepende de ter entrado nesse negócio da PETROBRAS?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não. Qual negócio?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Estou me referindo ao primeiro...  
Desculpe-me eu não especificar. É o assunto lá de Rio Grande.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O assunto do Rio Grande, para nós, foi uma das obras que mais nos trouxe orgulho. Só por curiosidade, Excelência, existiam só quatro países no mundo que fabricavam plataforma e tinham fábricas de plataforma em dique seco, e a Espanha montava. Naquele instante, estava começando a ir o petróleo para o mar, e a necessidade de plataformas era gigantesca. E o *slot*, quer dizer, para você entrar na fila para fabricar isso no mundo, já estava girando em torno de 4 anos e meio a 5 anos. Nós aceitamos o desafio de fazer um negócio que até então não havia sido feito no mundo. Fizemos uma obra de proporções fantásticas, que não só levantou a metade sul do Rio Grande do Sul, como mudou a forma de o Brasil se apresentar como fabricante.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Só uma pergunta para o senhor até incluir nessa resposta: o senhor falou que tem 6,5 milhões de metros locados...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Feitos para locação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Construídos, não é?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Cinco milhões e meio de galpões construídos...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - No total, são 10 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quarenta por cento da... Realmente, são números impressionantes em nível nacional. O senhor tem *shopping centers*. Mas quem convidou o senhor para entrar nesse assunto da PETROBRAS, que não tinha nada a ver com o que o senhor fazia?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A Rio Bravo. A Rio Bravo era um fundo, uma butique de investimento, que já havia trabalhado conosco muito. E acho que ela, quando fez esse fundo e negociou com a PETROBRAS, eu acho que ela deve, com certeza, ter pensado na gente, porque nós éramos a única empresa especializada em fazer esse tipo de produto, que era securitizar os recebíveis, trazer



a valor presente, executar as obras que ainda não foram executadas, criar-se novidade...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas era uma obra completamente diferente. O senhor era do mercado imobiliário, construção civil.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Construção civil.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Chama-me muito a atenção... Diante dessa Operação Lava-Jato, houve denúncias que envolveram pagamento de propina, citando o nome da empresa do senhor, que inclusive, como o senhor falou, é o nome do senhor. Chama-me muita a atenção: o senhor trabalha no ramo imobiliário, constrói galpão, constrói prédio e, de repente, vai construir plataformas por causa da sua eficiência?!

O senhor também falou uma frase aqui que me chamou muita atenção. O senhor disse que não tinha entrado em obra pública ainda, porque a equipe do senhor não era preparada para isso. E o senhor disse que as obras privadas não tinham aditamentos. Então, por que o senhor foi entrar? Quem chamou o senhor para entrar num negócio desses? Houve algum apadrinhamento político? Porque o senhor saiu do ramo do senhor e foi para outro ramo completamente diferente.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Excelência, nosso ramo é engenharia. Nós somos líderes em tecnologia construtiva. Nós fomos o primeiro a trazer equipamentos automatizados de concretagem de piso, automatizados de execução de terraplanagem. Até hoje só a nossa empresa detém equipamentos automáticos para fazer terraplanagem.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Engenharia civil, isso tudo está relacionado à engenharia civil.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Engenharia civil como um todo. Naquela obra, pela primeira vez, foi usado um procedimento de parede de diafragma cravada, pela primeira vez, feita em parceria com uma grande empresa internacional. Era um desafio. Naquela época, eu acho que — quer dizer, isso ficou comprovado, porque nós ganhamos — só a nossa companhia teria essa capacidade de ter essa engenharia atípica para fazer um projeto que ninguém ainda havia feito, que ninguém saberia fazer.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Qual foi o valor da obra que o senhor ganhou? Essa obra?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Nós não ganhamos a obra, nós contratamos. A obra é nossa. O prédio é nosso. Cem por cento do capital foi meu.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não, não. Estou falando lá do Rio Grande.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Rio Grande, às vezes, fazem uma confusão, Excelência. O Rio Grande foi uma obra 100% da minha empresa, paga 100% com o nosso capital e com o dinheiro que a Rio Bravo nos deu, que é a securitização. A securitização é a antecipação dos 10 anos de aluguel que a PETROBRAS tinha. Mas essa era uma obra nossa, uma propriedade minha, da empresa WTorre e locada por 10 anos, que é a nossa grande especialidade. Eu cito como exemplo, para o senhor entender a diversidade, porque é difícil ter essa visão, mas aquilo é como se fosse um prédio como outro qualquer. Nós temos um produto que talvez seja mais fácil de entender: por exemplo, nós fizemos a arena do Palmeiras. Nunca havia sido feita uma arena e ela não tem nada a ver com um campo de futebol. É um imóvel. Nós temos a visão de um imóvel absolutamente para locação. Não existe nada parecido no País. Ela tem... Você aluga camarotes, aluga cadeiras. Então, são... Nós visitamos 103 arenas no mundo para fazer aquela. E, para fazer o dique seco, nós visitamos os cinco diques secos que existiam no mundo. Nós fazemos exatamente isso, essas coisas atípicas. E procuramos alguém que queira pagar aluguel em projetos atípicos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Exatamente. Eu não estou nem discutindo a qualidade da empresa do senhor. O senhor tem 35 anos de empresa. O senhor citou aqui números inquestionáveis. O problema é a corrupção descoberta pela Operação Lava-Jato, a corrupção na PETROBRAS, e foi citado o nome da empresa do senhor — o problema é esse.

Eu sei que foi o senhor que investiu. Eu pergunto o seguinte: nessa operação lá no Rio Grande, a Camargo Corrêa também apresentou uma proposta para participar desse projeto. E a proposta era mais baixa que a proposta do senhor.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, de jeito nenhum.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não?



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na verdade, a concorrência foi uma concorrência privada feita pela Rio Bravo. A PETROBRAS era uma anuente. Ela não estava nessa história da concorrência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas quem ia pagar no final era a PETROBRAS. Ela que ia pagar o aluguel.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É, ela ia alugar, ela ia pagar o aluguel só.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ela ia pagar o aluguel.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Mas ela não entrava no mérito de mais nada. Ela só ia pagar o aluguel. E, como inquilina, ela tinha a responsabilidade — e o dever até — de ver se estava sendo bem construído aquilo que ela tinha alugado. Então, ela entra só nessa história de fazer a fiscalização técnica.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Um acompanhamento.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Mas o negócio todo nosso foi com a Rio Bravo. Por isso que a gente acha estranha essa... Por isso que eu penso que é impossível esse diálogo, porque nosso negócio sempre foi com a Rio Bravo, que é um fundo privado. E, na concorrência que a Camargo Corrêa estava, não era a Camargo, estavam todas. E realmente a gente... A conversa que tinha era que a Camargo Corrêa que estava ganhando, mas nós tivemos o melhor preço e ganhamos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Agora, qual foi o preço inicial do senhor, apresentado para o projeto? Quantos milhões? Duzentos e vinte e dois milhões?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato. Na verdade, vou me alongar um porquinho, porque é preciso entender, isso é uma coisa um pouco atípica, que é assim...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É porque, doutor, existe uma situação complicada nisso aí. O senhor disse uma frase aqui que o senhor não participava de obra pública em Prefeituras, em Governos, porque os engenheiros do senhor não estavam preparados para fazer aditamentos, que não existiam, que não devem ter aditamentos as obras privadas que o senhor fazia. O senhor entra numa obra, o senhor apresenta um preço de 222 milhões. No final, esse preço vai para



810 milhões. O senhor já tinha passado a empresa para a Engevix, que é uma outra envolvida em corrupção.

Então, veja bem, com denúncia de propina, Barusco e Renato Duque fazendo delação premiada, um investimento que a empresa do senhor fez, que inicialmente o senhor apontou 222 milhões, foi terminar o preço para a PETROBRAS, independente de o senhor ter terminado ou não, por 810 milhões, o senhor, como administrador, não acha isso estranho, o senhor que não concorda com aditamento?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Vou esclarecer, Excelência. Essa obra custou nem 220, nem 400, nem 600. Essa obra custou 1 bilhão e 60 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E o senhor deu o preço de 222 milhões.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato. Porque é assim: isso é a nossa atividade, que... Nós criamos um papel que se chama CRI, que hoje, é de conhecimento nacional. Até o Governo, em um determinado instante, propôs que o CRI ficasse isento de imposto para pessoa física. Então, é assim... Nesse caso, excepcionalmente, não fomos nós que fizemos. Era a gente sempre que fazia isso, e a Rio Bravo fez e copiou o que nós fazíamos. A Rio Bravo negociou um aluguel com a PETROBRAS de uma fábrica de plataforma. E este aluguel da PETROBRAS, quando a Rio Bravo traz a valor presente, essa obrigação da PETROBRAS em pagar 10 anos de aluguel, a partir do dia em que o prédio é entregue, então, esse montante de dinheiro a Rio Bravo vem e traz a valor presente. Para se fazer o estaleiro, a Rio Bravo, se tinha uma ordem de valor "X", a Rio Bravo falava assim: "Eu já tenho essa quantidade de dinheiro, que são os alugueres trazidos a valor presente, e agora eu quero saber quem dá mais para complementar a obra", e acho que para pagar a parte do lucro da Rio Bravo. E nós fomos os vencedores, que demos a maior parcela de capital próprio, que inicialmente foi 220 e depois acabou, numa ampliação que a Rio Bravo nos pediu, passou a ser de 400 milhões. Então, nós pusemos do nosso caixa 400 milhões, e a PETROBRAS, assumindo o compromisso de pagar os 10 anos de alugueres, a Rio Bravo fez esse valor, trazendo a valor presente na ordem de 660 milhões. Então, isto junto, os dois juntos, o dinheiro que a gente pôs, que é o complemento para fazer a obra, mais o dinheiro que securitizou, custou 1 bilhão e 60 milhões aquele dique.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pois é, doutor. Isso, na realidade, vem ao contrário de tudo que o senhor, como empresário do ramo privado, começou a falar aqui para a empresa do senhor. Se o senhor quer uma empresa que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Coutinho) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Se o senhor quer uma empresa que não tem... Os contratos do senhor não tinham aditamento, o dinheiro não era aditamento. Lá na PETROBRAS, o que aconteceu, as características dos contratos do senhor são exatamente as características do cartel que operava na PETROBRAS que fraudava as licitações: aditivos, o senhor apresentou 222 milhões, depois a Rio Bravo contratou esses números que o senhor falou, entrou a Engevix no meio da história, a Engevix participou do cartel. Enfim, todo o envolvimento que envolve a participação da WTorre... E eu quero dizer aqui, com respeito à pessoa do senhor, com respeito ao senhor, que é um empresário, que está aqui falando... Eu dou muito valor a isso. Existem pessoas que vêm aqui e se escondem. O senhor está respondendo às perguntas, e eu aqui estou fazendo o meu papel de dizer que essa situação é uma situação bastante parecida com a ocorrida na Lava-Jato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Altineu Côrtes...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Já vou finalizar, Sr. Presidente.

E me chamam a atenção duas coisas, para finalizar, Sr. Presidente, que é importante registrarmos aqui: é a participação da Engevix nesse processo, que está afundada na Operação Lava-Jato — participou da roubalheira na minha cidade de Itaboraí, no Brasil, e os 410 milhões que compraram a empresa do senhor saíram do FUNCEF. Então, ainda houve uma jogada para tirar dinheiro lá do FUNCEF, da Caixa Econômica Federal, com a Engevix, para comprar a participação da WTorre. Então, para finalizar agora e já finalizando, o senhor afirmou que o senhor é “líder em inovações”, que o senhor constrói módulos que geram economia. O senhor me perdoe, mas, neste caso, nesta participação — por isso que eu perguntei se o senhor estava arrependido, eu acho que o senhor deve estar arrependido dessa situação, que envolve, inclusive, o nome do senhor —, não gerou economia, gerou



um grande prejuízo à população brasileira, com todo o respeito às opiniões do senhor, às respostas do senhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Augusto Coutinho) - Com a palavra o Deputado Bruno Covas, Sub-Relator da matéria. V.Exa. tem 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia, Sr. Walter Torre Junior. Eu queria também aprofundar essa questão envolvendo o estaleiro Rio Grande e a empresa Rio Bravo.

Eu queria começar aqui com um trecho da Colaboração nº 4 do Sr. Pedro Barusco. Ele diz o seguinte: *“Que, indagado acerca de eventuais irregularidades de que tenha conhecimento no que diz respeito à licitação, contrato e aditivos referentes à implantação do Estaleiro Rio Grande, afirmou que a licitação foi conduzida pela Gerência de Engenharia da Diretoria de Serviços da PETROBRAS, em nome da Rio Bravo, empresa esta que foi escolhida pela Diretoria Financeira para viabilizar e conduzir o empreendimento, que a PETROBRAS participou com uma parte do capital necessário à construção do estaleiro, sendo que uma outra parte, de aproximadamente 20%, veio de aporte da WTorre, empresa vencedora do certame”*. Essa negociação toda foi em 2005. É isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato. Exato.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O contrato inicial de 222 milhões de reais foi assinado em 17 de agosto de 2006.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Perfeito

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito? Eu queria entender por que razão a PETROBRAS licita a construção de estaleiro por intermédio da corretora Rio Bravo.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu não consigo responder isso, Excelência. A única coisa é que nós fomos contratados pela Rio Bravo. A Rio Bravo, em determinado instante, era dona desse contrato, e aí todo mundo queria fazer um negócio com a Rio Bravo, mas como que a Rio Bravo fez com a PETROBRAS, não posso responder, não sei.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A impressão que fica, para mim, é que a PETROBRAS tentou burlar a legislação, a Lei de Licitações, o acompanhamento



de Ministério Público, Tribunal de Contas, Câmara dos Deputados, Senado Federal, usando um instrumento legal, juridicamente perfeito, que foi intermediar essa construção por meio da corretora Rio Bravo. Isso faz algum sentido?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não consigo opinar. É uma coisa que a gente não entende, Excelência. Nós fomos contratados pela Rio Bravo e fizemos, perfeito. Tivemos até problemas técnicos para executar, mas...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. confirma que a participação da WTorre foi de 20% nesse empreendimento?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na verdade, ele acabou subindo. Quer dizer o contrato foi de 20% e nós acabamos tendo que por mais, chegamos perto de 40%, porque, no decorrer da obra, a PETROBRAS começou a exigir mais coisas. Ela começou a definir como seriam as plataformas e aí a nossa obra foi ficando cada vez mais cara, cada vez mais cara. E só saía do nosso bolso, então... A parte dela, o aluguel já estava 100% determinado. Quer dizer, o valor que ela ia pagar pelo aluguel foi o valor contratado com a Rio Bravo. Então, todos os acréscimos que houve na obra, a gente acabou tendo que fazer, nós, a nossa parte, a nossa empresa.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Esses que inicialmente eram 80%, depois foram reduzidos, restantes, foram alavancados a partir de um fundo imobiliário criado pela Rio Branco. Correto?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Rio Bravo. Exato.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Pela Rio Bravo. V.Sa. confirma que a própria PETROBRAS adquiriu 99% das quotas desse fundo?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não sei, Excelência. Não sei.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É porque isso, a mim, é mais um instrumento que comprova exatamente a afirmação de que a PETROBRAS, na verdade, se utiliza de um instrumento legal, instrumento juridicamente perfeito, para poder fugir à Lei nº 8.666, enfim, fugir a todos os instrumentos de controle. Mas, enfim.

Seguindo aqui. A Rio Bravo ofereceu, em garantia, um contrato de locação exclusiva de estaleiro da PETROBRAS por 10 anos. É isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Na prática, portanto, no final, ao ser a principal financiadora do Estaleiro Rio Grande, comprando 99% das quotas desse fundo que, inicialmente, correspondia a 80%, a PETROBRAS não estava comprando um ativo dela mesmo?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu vou só citar um exemplo. É muito normal: quando nós fazemos imóveis para grandes empresas, que têm caixa, nós alugamos os prédios, criamos o CRI e essas empresas acabam comprando o CRI, porque quem vai pagar é a empresa. Então, ela dá o crédito total, ela sabe que ela vai receber. A vantagem... Tem uma vantagem fiscal, porque quando ela aluga, aquilo vira uma despesa e, depois, ela compra um título que, por um acaso, é um título que é dela mesmo, mas são duas coisas distintas e é natural, no nosso segmento, para as grandes companhias.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Renato de Souza Duque assinou o contrato, como interveniente, pela PETROBRAS. Correto? Por que razão a PETROBRAS assinava o contrato como avalista?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Como avalista, eu não sei. Ela tinha a obrigação de pagar os contratos de aluguéis, mas não sei se ela assinava como avalista. Não tenho conhecimento, desculpa.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É correto que a Sra. Dilma Rousseff assinou o contrato como testemunha?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É verdade. Ela assinou como testemunha. Essa obra era de uma dimensão, de uma importância para o País total. Eu acho que qualquer um que pudesse participar teria orgulho. Do mesmo jeito que eu tive orgulho de assinar essa obra. Eu sei que ela assinou. Eu sei que ela assinou.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Ela era, inclusive, na época, Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Presidente do Conselho. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - ...de Administração da PETROBRAS. Correto?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exatamente. Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E assinou o contrato mesmo sem fazer parte da Diretoria Executiva?



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Se eu não me engano, ela assinou como testemunha.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito bem.

Em seguida, a WTorre foi contratada diretamente pela PETROBRAS para ampliar o Estaleiro Rio Grande. É isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, nós fomos contratados pela Rio Bravo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Pela Rio Bravo?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Rio Bravo, é.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Num novo contrato de 216 milhões de reais?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Estaleiro era assim... É interessante entender. O estaleiro era para fabricar essas famosas plataformas quadradas. Então, essa é a diferença: todo dique seco é longilíneo, que era a fábrica de navio; essa era quadrada. Então, foi feito isso. Então, foi feito já a porta gigante, já a parede gigante. Num determinado instante, eles precisavam... Aí veio o pré-sal, porque naquela época, eu acho que não tinha o pré-sal, veio uma demanda maior para a plataforma e a Rio Bravo nos convidou para, em vez de conseguir fazer uma plataforma por vez, nós fizemos uma modificação em que nós podíamos fazer três plataformas por vez e foi isso que a Rio Bravo nos contratou e para isso ela renegociou o aluguel, eu acho.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em 2008, a WTorre solicitou um aditivo de 365 milhões de reais?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato. Foi quando mudou de uma plataforma para fabricar três plataformas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E é verdade que, nessa oportunidade, a comissão interna da PETROBRAS apontou que, pelo menos, 150 milhões de reais não tinham justificativa?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu desconheço isso, Excelência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E aí, portanto, um contrato inicial de 222 milhões de reais chega, como já mencionado aqui pelo Deputado Altineu Côrtes, a um valor de 800 milhões de reais?



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Para a PETROBRAS não mudou, não é?

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Antecipou apenas.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Ela tinha um aluguel definido e ficou o aluguel definido. O que mudou foi que nós tivemos que pôr mais capital, só isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Os prazos de entrega da obra estouraram?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Estourou 1 ano, por problema técnico.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A PETROBRAS, em algum momento, acionou a cláusula de rescisão?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, esse prazo que estourou foi um momento em que a obra foi interrompida por uma necessidade técnica que a PETROBRAS tinha e ela, apesar de a gente estar fabricando uma fábrica de plataformas, sem saber qual é a plataforma real, então, a gente tinha que dimensionar cargas atípicas, em determinado instante, a PETROBRAS... Veio as FPSOs e ela desenvolveu... Poderia ser que, no futuro, teria um navio maior do que até hoje existe, e esse navio poderia quebrar ali e quando ele quebrasse, ele poderia estar com o tanque cheio. E em função de todas essas especificidades, ela queria que nós fizéssemos um piso para suportar toda essa atipicidade. E aí discutimos por 1 ano e, no fim, nós acabamos fazendo. A gente até achou a solução para fazer, mas ela não concordava com a nossa solução técnica. Fomos encontrar uma solução. Fomos ver quem tinha razão, nós ou a PETROBRAS. Contratamos notáveis no mundo, fizemos algumas reuniões, que a sede era em Portugal, que é sabido, a maior inteligência na área de engenharia civil, um dos maiores especialistas. E chegou-se à conclusão de que a nossa solução estava correta, o que, mais uma vez, nos traz bastante orgulho, do ponto de vista da engenharia. Nós enfrentamos a engenharia da PETROBRAS, que a gente entendia que era a maior empresa de engenharia do País, que tem mais engenheiros e a nossa solução é que foi a vencedora, ainda com a desconfiança de que os peritos, como eles geralmente são peritos da PETROBRAS, ainda pudessem ir para o lado da PETROBRAS tecnicamente. Mas, mesmo assim, a nossa solução técnica foi a preferida, comprovando que nós somos líderes em tecnologia consecutiva.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A WTorre vendeu, depois, a sua participação para a Engevix, em 2010. É isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É isso, perfeito.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Qual foi o motivo? Sair do *business*?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na verdade, nós, quando construímos o... ficamos donos desse imóvel e construímos, a gente tinha a seguinte perspectiva: não tem fábrica de... Tem poucas fábricas de plataforma no mundo, o petróleo vai para o mar. Então, nós vamos ter, apesar de estar hoje alugado para a PETROBRAS, mas, acabado os 10 anos, vão haver outras empresas globais que terão interesse em alugar, porque não é muito bom quando a gente faz investimento de locação, quando a gente não tem muito a segunda opção, quando o contrato encerra. E, nesse caso específico, nós tínhamos. Nós tínhamos o contato com as principais empresas do mundo e a gente sentia que era o interesse, e por isso a gente decidiu investir. Num determinado instante, o Brasil começa a ficar complexo, do ponto de vista de custos, a moeda nossa fica muito forte muito forte, e eu percebi que nós poderíamos não ficar competitivos globalmente. Então, nós falamos assim: "*Se aparecer uma oportunidade de vender, vamos vender*". Seis ou oito meses depois, quando o nosso Conselho Administrativo falou "*podemos vender*", o Governo solta essa informação de que iria licitar 11 cascos. E aí nós falamos assim: "*Acho que essa aí é a hora de vender, porque quem quiser participar disso ou precisará fazer uma nova fábrica de plataforma ou comprará a nossa*".

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O valor da venda foi de 410 milhões de reais.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Quatrocentos e dez milhões. Repôs o nosso caixa. Nós não tivemos muita margem.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E o senhor soube na época que 25% desses recursos vieram do FUNCEF?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Sabia. Sabia que estavam comprando, tinham feito uma *joint venture*.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra para o Sub-Relator Valmir Prascidelli, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Walter Torre, confesso ao senhor que eu tinha preparado aqui algumas perguntas, mas, tendo acompanhado o depoimento de V.Sa. e as perguntas dos demais Deputados, eu queria primeiro fazer algumas observações e mudar um pouco o foco da minha intervenção aqui.

Primeiro, eu vi aqui pelo seu histórico, pelo seu currículo — o senhor também comentou aqui inicialmente —, que o senhor montou a sua primeira empresa com 16 anos, o que é de uma precocidade bastante incomum, principalmente no Brasil, que não tem uma tradição de as pessoas serem empreendedoras. Ao mesmo tempo, conduzindo a sua empresa, o senhor se referiu ao fato de que trabalhou quase exclusivamente o tempo inteiro em obras da iniciativa privada ou no setor privado.

Nós temos uma cultura no Brasil, um conceito, que eu não sei exatamente em qual momento da nossa história que se criou, de que tudo que é feito pelo serviço público é ruim e tudo que é feito pela iniciativa privada é bom.

Num momento como este, num momento de crise econômica, isso acaba se intensificando mais, isso acaba se potencializando, particularmente nas argumentações daqueles que querem, evidentemente, às vezes, potencializar a crise econômica, porque é natural que a economia tenha um grau bastante grande de subjetividade — o senhor, como empreendedor, sabe perfeitamente disso.

Mas, mais do que isso, esse conceito é próprio daqueles que querem buscar alternativas para que órgãos do Estado, do poder público, nas suas diversas dimensões, avancem em termos de eficácia, de eficiência, e possam ser transferidos para o controle do capital financeiro, do capital privado. A PETROBRAS é um desses instrumentos.

A PETROBRAS sempre foi alvo de disputa pelas grandes petrolíferas internacionais. Ela sempre foi alvo de disputa. Há, inclusive, aqui nesta Casa, bem



como no Senado, projetos de Parlamentares que querem transferir o controle da PETROBRAS para as petrolíferas internacionais.

Eu queria primeiro que o senhor relatasse a visão que o senhor tem dessa questão, desse cenário. Por exemplo, o senhor falou que um dos sonhos da empresa do senhor era ter a PETROBRAS como cliente ou como inquilina, porque o senhor tem diversas empresas, das mais conceituadas, como inquilinas e como clientes.

Eu queria que V.Sa. dissesse, rapidamente, até por conta do tempo, qual é a visão que o senhor tem com relação ao sistema de partilha do pré-sal. O senhor conhece? O senhor sabe alguma coisa do papel da PETROBRAS na indução econômica brasileira? O senhor tem alguma coisa a dizer nesse sentido?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu posso falar um pouquinho sobre o que eu vivi na PETROBRAS. A PETROBRAS é uma empresa com um nível de engenharia fantástico. Nós, que estamos sempre procurando inovações tecnológicas, encontramos na PETROBRAS um sonho, um grupo de engenheiros fantásticos. Então, sinto-me muito mal pelo estágio em que está a PETROBRAS hoje, porque era um orgulho a PETROBRAS do ponto de vista de engenharia.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Era e ainda é.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É verdade. E hoje nós discutimos essas tendências. Nós fomos a um comitê internacional para ver quem tinha razão. Mas nós estamos sempre admirando os engenheiros. Mudava um pouco, porque às vezes eles não tinham... Eles olhavam a técnica, mas, às vezes, não olhavam o custo, e a gente olhava a técnica e o custo. Mas eles, como técnicos, são únicos, são fantásticos. O que eu posso dizer da PETROBRAS é isso. Quer dizer, a gente tem que fazer todo o possível. Quando eu falo um pouco que a gente não... que nós tocamos obra diferente, até pode ser que eu me expressei mal, mas é assim, Excelência: pelos primeiros 28 anos da minha companhia, nós construímos obras quase exclusivamente para nós — exclusivamente assim, em 95% dos casos nós éramos o projetista e o pagador, o cliente e o pagador, porque nós fizemos uma obra nossa para locação. E, quando a gente faz isso, os engenheiros, quando acham uma pedra no chão, resolvem o caminho: “*Vou quebrar aqui, vou passar o*



*tubo por aqui*". Quando se faz uma obra pública, o sujeito não pode ter essa iniciativa.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Exatamente!

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O negócio não é dele. Então, é por isso que eu quis dizer, assim, que nós não temos essa ferramenta.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Há uma diferença de...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Há uma diferença de aporte, assim, de...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Há uma diferença de aporte, de condução, de necessidade de legislação, etc., nas obras que são privadas e nas obras que são públicas. É por isso que há uma diferença de...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exato.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Desculpe-me interromper. Depois até o senhor pode, ao concluir o tempo, continuar. É que eu queria abordar uma questão.

Esta aqui é uma Casa de Leis, mas é uma Casa de Leis que tem, evidentemente, Parlamentares que representam partidos políticos e visões políticas. Eu tenho insistido aqui nesta CPI, que hoje está relativamente esvaziada, pelo volume de Comissões que estão funcionando na Casa — os Deputados estão por lá —, que alguns Deputados carregam bastante nas tintas, dependendo dos depoentes que estão aqui, em função dos interesses partidários que têm, para potencializar um ataque a outros partidos, ao Governo, etc. E o inverso também é verdade.

Agora, o debate acerca do assunto que o fez se relacionar à PETROBRAS me parece muito semelhante com a quilo que acontece hoje e que é feito pela maioria dos bancos privados — dos bancos públicos eu não conheço nenhum caso, mas imagino que também o façam —, que é chegar a um determinado local em que vai ser feita uma agência bancária — num Município, num bairro qualquer — e, em vez de comprar, como era antigamente feito, ou construir o prédio, que virava patrimônio do banco, o que eles têm feito? Eles têm chegado lá e alugado aquele imóvel, que é uma agência bancária.

Evidentemente, isso não se compara, do ponto de vista de valor, ao empreendimento feito, mas, se faz isso com agência, faz isso com um conjunto de coisas, e fica pagando esse aluguel ao longo do tempo.



Essa é uma operação perfeita para o BRADESCO, para o Santander, para o Itaú, para a Caixa Econômica Federal, para todo mundo! Não há ilícito nenhum. Agora, quando se trata da PETROBRAS, aí há ilícito, aí há problema, aí há suspeita, aí todo mundo é ladrão, aí todo mundo é bandido, aí todo mundo quer roubar.

Então, este conceito que está sendo criado aqui, do meu ponto de vista, é um conceito criado evidentemente para desestabilizar o papel que a PETROBRAS tem, do ponto de vista da condução econômica do Brasil e do potencial de crescimento que ela vinha tendo e dando ao País!

Portanto, é claro que a gente precisa ter sempre aqui o papel de buscar conter eventuais ilícitos que haja no serviço público. Meu colega aqui apresentou uma lista da década de 80, quando nós tínhamos problemas de potenciais pagamentos feitos a agentes públicos. Então, nós não estamos falando de uma situação que acontece no Brasil agora. Entretanto, é claro que a gente precisa conter isso.

O que nós não podemos fazer é, com essa argumentação de restringir eventuais ilícitos, criar um problema para uma empresa tão conceituada, tão importante para a Nação brasileira como é a PETROBRAS, e impedir que ela faça o que, infelizmente, tem sido feito, diminuindo a nossa capacidade de crescimento econômico e causando o que alguns Deputados dizem aqui que tem acontecido em muitas regiões do Brasil, fruto da ausência de desenvolvimento que tem tido.

Nós precisamos apurar ilícitos cometidos por empresários ou por agentes públicos, independente de quem seja. Nós precisamos entender e compreender que o nosso Brasil precisa continuar crescendo e a PETROBRAS é um patrimônio do nosso povo e da nossa Nação.

Então, eu só queria que o senhor fizesse essa comparação dos bancos para podermos compreender, até para o senhor, evidentemente, também compreender, às vezes, porque é chamado para uma audiência como esta. Obrigado.

**O SR. WALTER TORRE JÚNIOR** - Excelência, muito bom o que o senhor falou. Quando a Rio Bravo nos chamou para fazer essa operação, nós ficamos extremamente contentes porque achávamos que nós estávamos iniciando uma inovação nas principais empresas públicas brasileiras, que era fazer com que elas não usassem o dinheiro delas naquilo que elas não eram especializadas. Então, isso



é uma inovação no Brasil. Nós começamos com isso há 25 anos, mas no mundo já tinha acontecido. As grandes companhias focam no seu ativo principal. O negócio da PETROBRAS é procurar petróleo e desenvolver o petróleo. A ferramenta imobiliária... Existem empresas específicas para fazer a ferramenta imobiliária. Quando a PETROBRAS fez pela primeira vez foi até... a gente sentia que lá dentro ainda havia até um conceito, uma dúvida entre eles, porque ela era uma empresa extremamente capitalizada. E ela falou: *“Por que eu vou fazer por renda, por aluguel, se eu posso investir?”* E aí a gente via que era... Nós fazíamos assim para a sede de banco, quer dizer, ninguém tem mais dinheiro do que o próprio banco. Só que o negócio dele não é ter o ativo ou o prédio; o negócio dele é ter capital no caixa, para emprestar para a empresa para realizar outro negócio. Então, a gente achou que a PETROBRAS estava entrando nessa nova fase, quer dizer, ela estava deixando de investir. Óbvio, sem querer puxar sardinha para o nosso tipo de negócio, mas, assim, quanto mais se fizer por locação, menos dinheiro está saindo da companhia e menos possibilidade de coisas erradas serem feitas. É importante entender isso. Quando a gente loca, você loca, você tem um valor que você vai gastar por mês e está definido no contrato. Acaba esse aumento tão grande de contabilidades que vão crescendo, obras que começam por 700 e acabam por dois. Então, não existe isso. Então, é o moderno isso. E a PETROBRAS, a gente entendeu que ela estava indo para esse lado moderno. Ela já faz assim nas áreas imobiliárias de escritório. Ela já tinha alguns e ela começou a locar outros. Mas a gente tem que enxergar por essa nova ótica, quer dizer, dar a cada especialista a sua função, explorar o máximo. Mas tudo aquilo que a gente puder fazer com o que os órgãos públicos não gastem... A gente tem um projeto, que eu venho há muito tempo... Como a gente desenvolveu sistemas construtivos, que são extremamente eficientes... Quer dizer, um prédio de 10 mil metros cabe num prédio nosso aí de quatro a cinco, sem ficar mais apertado — é uma condição matemática —, mas são muito eficientes. Nós temos o sonho de que um dia os órgãos públicos aluguem essas áreas administrativas. Ela libera a área que ela tem, ela começa a saber quanto ela gasta. Então, a gente acha que esse vai ser o futuro. E a PETROBRAS, o que ela fez foi isso: uma inovação. Infelizmente, nós estamos vendo o problema que nós estamos vendo hoje, mas foi fantástico naquela época. Ela foi muito avançada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Valmir Prascidelli.

Passo a palavra para o autor do requerimento, Deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui, primeiramente, parabenizar a vinda do Sr. Walter Torre. Geralmente, Sr. Walter, as pessoas, quando estão envolvidas num processo desses, procuram não vir, justificando com atestado médico ou algo similar ou, quando vêm, vêm com *habeas corpus* e ficam aqui caladas e usam o direito constitucional. V.Sa. está respondendo todas as perguntas que nós estamos fazendo aqui, dirimindo, inclusive, dúvidas. Fala isso como engenheiro, como estudioso do setor que o senhor milita há muitos anos. E queria fazer também fazer algumas perguntas aqui para dirimir essas dúvidas.

Parabenizo-o também pelo empreendedorismo, começou muito cedo sua carreira empresarial, construindo São Paulo. O Brasil todo sabe que as grandes construções de São Paulo foram feitas por V.Sa., como o JK, e outros edifícios mais, o CEPAC, que foi feito ali em São Paulo, de 432 milhões de reais, que, com a obra já pronta, a Prefeitura mudou as condicionantes e o senhor teve que adicionar um valor maior para poder ter as contrapartidas e infraestrutura. Tudo isso a gente sabe que a *expertise* da empresa do senhor é na construção civil. O senhor é muito bom na construção civil.

A nossa pergunta, como sempre é: por que o senhor migrou da construção civil, que o senhor tem a *expertise* em locação de imóveis, o *built to suit*, que é a construção toda pronta durante muitos anos, o senhor migrou para a PETROBRAS? Por que isso foi feito? De que forma foi feito? O senhor se arrepende disso? Porque a empresa do senhor, pelo que eu estou vendo, não tem a *expertise* de construção de plataforma *onshore* e *offshore*? E por que o senhor migrou para isso? De que forma foi feita essa migração e como foi feito esse contrato com a PETROBRAS?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Perfeito. Só completando, assim... A nossa empresa, como líder de construção civil, tem alguns ícones. Quer dizer, as três maiores fábricas do País foram construídas por nós, os três maiores edifícios do País são feitos por nós. Então, a gente tem alguns segmentos, assim, extremamente



atípicos de operação. Na PETROBRAS, exclusivamente, nós fomos convidados por uma empresa que se chama Rio Bravo para executar uma obra de engenharia. O que nós fizemos foi exclusivamente um ativo imobiliário. Nós construímos uma infraestrutura. Nós não entramos em plataforma, não entramos em *offshore*, não negociamos com instaladora, nada, nada. O nosso negócio foi muito curto e grosso, assim: criar um imóvel que tem as seguintes características: são alguns armazéns para se fazer a indústria dentro, à parte, e um dique seco. Mas é um negócio imobiliário só, Excelência.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O.k.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não teve a... Essa outra parte, que parece essa confusão, de que a gente... Nós não temos nada. Nunca participamos de plataforma, não temos nenhum envolvimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu queria que o senhor falasse um pouco aqui sucintamente sobre os edifícios que o senhor locou lá para a PETROBRAS no Rio de Janeiro, quantos edifícios, quantos metros quadrados, como está essa locação hoje, se está dentro do preço de mercado, se não está dentro do preço de mercado. O que o senhor pode dizer sobre isso.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Sim. A PETROBRAS, que é uma grande — é uma grande não, é a maior tomadora de imóveis no Rio de Janeiro... Ela, além do prédio próprio, ocupa alguns prédios antigos e que são muito ineficientes. Nós achamos que ali era o nosso *core business*, levar um... Para mostrar o que seria um prédio de altíssima eficiência, e ela iria ter uma economia gigantesca. Levou certo tempo, eu levei 4 anos para convencê-los, mas eles... Um dia, eles entenderam que eles iriam ter uma grande economia. Nós alugamos um prédio que tem a seguinte característica, que é esse prédio que foi eleito o melhor prédio do mundo, 3 anos atrás, 2 anos atrás...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - *Triple A*, se eu não me engano, não é?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Desculpa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - *Triple A*.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É. Óbvio, ele é *triple A*, mas ele é muito mais do que só *triple A*. Na verdade, ele é assim: ele tem aproximadamente 62



elevadores, para a gente entender; ele foi preparado para trabalhar 14 mil pessoas ao mesmo tempo — são especificidades que é interessante explicar. Ele tem um bar, um café, que consegue atender 8 mil funcionários que chegam ao mesmo instante para tomar um café — só para a gente começar a entender —, tem 3 mil vagas. É uma coisa inusitada. Eu acho que o Rio inteiro, no centro, não tem as 3 mil vagas que esse prédio tem. Então, nós estamos tendo todo esse cuidado de fazer o que seria um demonstrativo. A gente achava que a PETROBRAS e depois o Governo, pela própria PETROBRAS, iam entender o que é o modernismo, o que é um prédio de altíssima eficiência ocupacional, aquilo que os bancos já eram nossos inquilinos. As principais empresas são nossos inquilinos nesse... Quando nós fizemos esse prédio, nós — posso até dizer assim — infelizmente erramos no preço. Nós cobramos um preço, acredite, de 72 reais o metro quadrado. Nós queríamos, de fato, fazer para a PETROBRAS, a gente queria ter essa marca PETROBRAS no nosso contrato. Então, nós alugamos no Rio de Janeiro o prédio mais eficiente considerado no mundo 2 anos atrás, um prédio totalmente automatizado, totalmente automatizado, com toda a especificação que o prédio da PETROBRAS precisaria. Ficamos tristes que o preço de mercado que na época que a PETROBRAS vinha praticando, tinha acabado de locar, naquele mês que nós fechamos, alugou por perto de 120 ou 130 um outro edifício grande também, mas nós alugamos por 72 reais o metro quadrado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Então, o aluguel está defasado.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Óbvio que desse prédio o aluguel é grande, o aluguel é alto, porque o prédio tem, aproximadamente, 106 mil metros quadrados de carpete, que a PETROBRAS, quando loca — é até uma coisa atípica, estranha, vale como informação —, a PETROBRAS não computa as áreas úmidas. Então, quando a gente loca um prédio, no contrato está 10 mil metros, os banheiros não fazem parte da área da PETROBRAS. Então, esse prédio que a PETROBRAS paga para a gente 106 mil metros, são só 106 mil metros, exceto ainda todas as áreas úmidas. Então, esse prédio tem, aproximadamente, 115 mil metros ou 118 mil metros de área total construída útil e subsolo. Todos os serviços, os ambulatórios,



tudo, a ferramenta para que isso funcione eleva a área construída para, aproximadamente, 235 mil metros quadrados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor, porventura, fez um fundo imobiliário?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Fiz um fundo imobiliário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Esse prédio participou do fundo imobiliário?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É, porque o nosso processo de trabalho é assim, que é o que se faz no mundo inteiro, que começaram a nos copiar e fazer. Nós arrumamos o inquilino, que é o *built to suit*, e o inquilino assume um contrato. Se a gente fizer aquele prédio daquele jeito, daquela forma que está no contrato, daquele desenho, ele entrará no contrato. E ele começa a pagar o aluguel só depois que ele entrou no contrato. Mas ele assinou um documento segundo o qual ele irá pagar o contrato pelo período de 10, ou 12, ou 15 anos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas, pelo que eu senti aqui, o senhor fez uma locação de ativo, é importante esse *built to suit*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor fez uma locação, era um *built to suit* para a PETROBRAS, e, ao mesmo tempo, o senhor pegou esse prédio e deu como garantia num fundo de investimento.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Você (*ininteligível*) duas vezes?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não! Nós demos em garantia o contrato de locação, em cima do... Que, caso nós entregássemos um prédio com essa característica, a PETROBRAS teria obrigação de pagar esse aluguel. Então, existem algumas empresas... Hoje, se faz até seguro *performance*. Nós viramos uma credibilidade tão grande que nós não precisamos fazer seguro junto aos bancos, os bancos acreditam que nós vamos entregar aquele prédio de acordo com o que está escrito. E aí nós fazemos um *bridge* para junto do nosso capital, que, geralmente, assim, a gente põe entre 30%, 35% de capital próprio, e o resto é um comprometimento de trazer a valor presente os alugueis (*ininteligível*).



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor pode disponibilizar para esta Comissão e para o autor do requerimento cópias desses contratos desse processo?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Lógico.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Nós gostaríamos de fazer uma análise.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Já temos as cópias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A última pergunta: qual é a relação do senhor com a empresa BR Properties e a empresa São Carlos, o senhor tem uma boa relação com elas?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A BR Properties, num determinado instante, nós fundimos uma grande parte dos ativos que nós tínhamos e viramos o segundo maior acionista da empresa. E a São Carlos é uma empresa concorrente nossa, só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar.

Vamos agora à lista dos membros inscritos.

O primeiro inscrito é o Deputado Jorge Solla, que tem a palavra pelo tempo de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Considerando o que o Deputado Valmir tinha colocado anteriormente, eu queria até que o senhor aproveitasse a oportunidade, aqui, para explicar um pouco como é que fica quando uma empresa, no caso, lucrativa faz opção de alugar os imóveis em vez de investir para sua construção.

Parece-me que um dos vários efeitos diz respeito à arrecadação tributária. Provavelmente essa empresa deve fazer uma boa economia no pagamento de impostos, na medida em que todo aluguel é computado como custo da empresa, não incidindo, portanto, na apuração final da tributação. Então, acho que essa modelagem, além da suposta eficiência... Não conheço a fundo estudos que possam apontar se há eficiência ou não, mas, com certeza, do ponto de vista de redução de



pagamento de impostos, ela deve ser bem eficiente. Queria entender um pouquinho mais isso.

Outra coisa sobre a qual eu queria ouvir sua opinião: a WTorre, pelo que o senhor colocou aqui, teve uma relação pontual com a PETROBRAS e não está sendo diretamente investigada na Operação Lava-Jato. Mesmo assim, é óbvio que há uma repercussão no mercado como um todo. Então, deve ter acontecido, não sei com vocês, mas há elementos para julgar que os bancos passaram a criar mais dificuldade para liberação de crédito para a construção civil.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Muito.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - E o clima no mercado pode ter dificultado e até ameaçado a capacidade de empresas que atuam nessa área, como a sua, em termos de quantidade. Como a sua é muito grande, não vai estar numa ameaça tão imediata. Queria que o senhor colocasse um pouco como é sua visão acerca da situação atual, do prejuízo que esse processo, digamos assim, pouco eficiente na punição de todos os corruptos — praticamente ineficaz, no sentido de banir as causas da corrupção, como eu coloquei anteriormente — ainda pode estar tendo um efeito colateral prejudicial para a atuação na área de construção civil, não só nas relações com a PETROBRAS, mas no mercado como um todo.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Excelência, na primeira parte da pergunta, é assim: na construção civil é sabido que a rentabilidade real que se espera — não só nós, mas os principais fundos globais — é alguma coisa em torno, real, de 7% a 8%; acrescida das inflações, gira em torno de 10% a 12%. Então, bons negócios você faz alugando ao famoso 1% ao mês, que já embute a inflação. Qualquer companhia tende a fazer a sua comercialização, a sua produção, o seu negócio, objetivando rendas muito superiores à renda que a atividade imobiliária dá. Por isso que é moderno, por isso que o banco faz isso, porque o dinheiro investido em ativo imobiliário tira a capacidade de ele fazer outros negócios, outros investimentos, e ele deixou de ter esse negócio rendendo 1% ou 10% ou 12% ao ano, sendo que a atividade dele dá 20% ao ano ou 25%. Então, é inteligente, independente do regime fiscal, que também gera economias, que ele se dedique a qualquer outra coisa que não atividade imobiliária, porque a atividade imobiliária é, entre todas no mercado global, a de menor rentabilidade, a de menor vantagem de



remuneração pelo custo. Então, por isso que, cada vez mais, todas as grandes companhias terceirizaram seus ativos imobiliários, porque a rentabilidade, o custo de você manter um ativo imobiliário é muito baixo, acrescido de que ele envelhece, acrescido de que... Então, é inteligente. Óbvio que eu estou puxando a sardinha, mas é inteligente. As principais companhias no mundo hoje fazem a parte imobiliária por locação, porque é um dinheiro que eles deixam de gastar, e esse dinheiro lhes custa aproximadamente 10% ao ano. Quanto à segunda parte, é verdade. Houve um estrago muito grande no País. Nós temos um problema sério no País. Nós temos pouquíssimos bancos. Esses pouquíssimos bancos foram muito afetados por esse problema do... E eles realmente recolheram o crédito de uma forma muito grande. Então, eu sinto um desespero pelo que nós vamos viver nos próximos 2 anos. Vão ser muito difíceis do ponto de vista de estruturas financeiras. Os bancos estão muito, muito, muito fechados. O País vai sofrer muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quero pedir também o tempo de Liderança, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Concedido o tempo de Liderança para V.Exa. Vai usar primeiro o tempo de Liderança?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É, eu vou falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - E depois fará as indagações?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu gostaria de pedir a V.Sa. que ouvisse, porque tenho o critério de perguntas depois. Então, vou falar algumas coisas e depois faremos as perguntas.

Primeiro, o Sr. Pedro Barusco diz em seu depoimento que ele recebeu do Sr. Mário Góes, de um representante da WTorre chamado Carlos Eduardo Veiga, por volta de 2008, 2009, um valor aproximado de 400 mil ou 600 mil reais. “(...) *Que Carlos Eduardo Veiga se acertou com Mário Góes para oferecer a referida quantia ao colaborador Renato Duque (...)*”. Isso consta no depoimento de Pedro Barusco.

De acordo com os autos, as duas empresas envolvidas no negócio do Estaleiro Rio Grande, como a Engevix, tinham como consultores, no mesmo período



em que fecharam os contratos para a PETROBRAS, o ex-Ministro José Dirceu, que era da Casa Civil, e Antonio Palocci, que foi Ministro da Fazenda. Dirceu recebeu, em 5 anos, 2,6 milhões de reais da Engevix, via JD Assessoria e Consultoria. Parte desse valor foi pago por uma das empresas de Pascowitch, citada por Almada. Uma propina de 120 milhões à Jamp Engenheiros Associados. E Antonio Palocci prestou serviço de consultoria para a WTorre via sua empresa, Projeto Consultoria Financeira e Econômica. O ex-Ministro recebeu 350 mil reais em 4 anos. Os valores seriam por palestras dadas aos diretores para assuntos diversos, segundo a empreiteira e o ex-Ministro. Também, pelo que consta, não houve contrato.

Palocci foi consultor da WTorre entre 2007 e 2010, período em que a empresa construiu o estaleiro, fechando aditivos de contrato e sua venda. Dirceu trabalhou para a Engevix entre 2008 e 2012, quando ela compra o estaleiro e assume a construção das bases para plataformas.

Outro assunto é com relação ao cartel. Havia o clube... Acho que hoje é público e notório. Não sei se na época V.Sa. tinha conhecimento, mas essas empresas, as empreiteiras, elas tinham um clube, liderado pelo Ricardo Pessoa, por meio do qual eles faziam toda a estratégia de quem seria a vencedora das obras. Normalmente eram comunicadas pelos diretores da PETROBRAS quem seriam os convidados.

Há aqui um depoimento do Sr. Gerson Almada, da Engevix, que diz assim: *“(...) Que tomou conhecimento posteriormente, através de comentários junto ao mercado, de que a empresa Odebrecht estaria designada para ganhar a obra do estaleiro, licitação vencida pela WTorre (...)”*.

Então, em função dessas colocações, eu já entro logo nas perguntas, Sr. Presidente. Depois V.Sa. responde todas de uma vez.

V.Sa. conhecia Pedro Barusco e Jorge Zelada? V.Sa. chegou a tratar de repasse de valores, a título de propina, com eles? Poderia detalhar alguma coisa sobre isso? O senhor conhece Carlos Eduardo Veiga? Qual era a função dele na WTorre? Tinha conhecimento dessa oferta de propina, por parte da WTorre, a Pedro Barusco e Renato Duque, por conta da obra do Estaleiro Rio Grande? V.Sa. conhecia Mário Góes? Que tipo de serviço ele prestava para a WTorre? V.Sa. sabia que, em 2010, Antonio Palocci repassou 2 milhões de reais para a campanha



presidencial de Dilma, em razão desse esquema de corrupção montado pela PETROBRAS? V.Sa. confirma que a WTorre fez, em 2010, duas doações ao Comitê Financeiro Oficial do PT para a Presidência da República, que totalizaram 2 milhões de reais? V.Sa. teria alguma informação a respeito do repasse de propinas à campanha do Partido dos Trabalhadores em 2010 relacionados ao Estaleiro Rio Grande? V.Sa. tinha conhecimento da existência desse cartel da PETROBRAS? Tinha conhecimento de que o cartel atuou na licitação, tendo prevalecido, inclusive, o ajuste feito no âmbito do clube das empresas? V.Sa. tinha conhecimento de que Renato Duque e Pedro Barusco atuavam em favor do cartel? V.Sa. nunca conversou com alguém sobre a existência desse cartel ou chegou a tratar com alguém sobre esse esquema de pagamento de propina na PETROBRAS? V.Sa. pode explicar se a WTorre contou com algum tipo de ajuda para vencer licitação do Estaleiro Rio Grande? V.Sa. tinha conhecimento de que a Odebrecht tinha sido escolhida pelo cartel para vencer essa licitação? V.Sa. tinha conhecimento de que, por intermédio desse contrato de assessoria, no caso da Jamp, do Milton Pascowitch, em função desse contrato, foram destinados 2 milhões e meio de reais de propina para a campanha do PT em 2010? E, para finalizar, V.Sa. poderia nos dizer se essas doações são decorrentes, porque foram feitas seis doações ao Partido dos Trabalhadores pela WTorre... Em 2008 foram cinco parcelas de 100 mil e, em 2011, uma de 1 milhão para o Diretório Nacional. Perguntaria: V.Sa. poderia nos dizer se essas doações são decorrentes do esquema da PETROBRAS? Por que elas foram parceladas? Elas foram acertadas com o João Vaccari Neto?

Essas são as minhas indagações.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Excelência, eu vou respondendo mais ou menos na ordem. É só ir me lembrando...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu vou ajudando.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Primeiro, é só uma questão de ordem, por favor. Nós não somos empreiteiros, nós somos construtores. Nós nunca prestamos outro serviço para... Na verdade, nós nunca prestamos nenhum serviço para a PETROBRAS, apesar de que ela foi muito ligada nessa área do... Ela participou bastante da discussão técnica. A gente até gostaria de um relacionamento com a PETROBRAS. Seria melhor até, porque nós sempre tivemos que fazer a negociação



e a conversa com a Rio Bravo, e não com a PETROBRAS. Eu nunca vi o Zelada e não... O senhor havia falado duas pessoas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pedro Barusco.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Também não. Nós não tínhamos... Eu vi o Barusco, mas a gente nem... Numa inauguração, numa das visitas técnicas que o Presidente fez ao estaleiro. O...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Carlos Eduardo.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Carlos Eduardo? O Carlos Eduardo, sim. Esse Carlos Eduardo, ele trabalhou para nós por 2 anos. Ele nos ajudou a montar... Quando nós começamos a fazer o dique, eu comecei a conhecer e a participar... Como nós visitamos as principais empresas do mundo e nós até fomos convidados a fazer uma associação com uma empresa de Singapura, uma grande, nós então resolvemos fazer uma empresa de óleo e gás, que se chamava WTorre Óleo e Gás. E o Carlos Eduardo Veiga, para nós, ele foi o mentor... Ele era a pessoa que conhecia o produto. Então, ele foi como se fosse o diretor dessa companhia por esses 2 anos. Ele era extremamente conhecido no segmento, dominava profundamente... Em todos os locais em que nós íamos globalmente o conheciam. Foi muito valiosa a participação dele na empresa. E se restringiu a isso quando, óbvio, lembre, veio a crise, veio o momento difícil do País. Aí eu instituo na minha empresa... Eu saio da Presidência, viro Presidente do Conselho, passo a ter um CEO. E instituo aí um Conselho Administrativo Independente. E o Conselho Administrativo Independente, que me deixou triste na época, foi contrário — e hoje eu agradeço a ele — que a gente entrasse nesse segmento, que, esse, sim, sairia um pouco do nosso *core business*, que era trabalhar com plataformas e com montagens. A plataforma, Excelência, ela desperta uma vontade, para quem vive de aluguel, vive de renda, de querer fazer. Eu não sei se V.Exa. sabe, mas uma plataforma é alugada por mais ou menos 500 mil dólares/dia. Então, para quem vive de ativos imobiliários, se a gente enxergasse como um ativo... Então, nós resolvemos: talvez fosse interessante entrar. E o Carlos Eduardo Veiga trabalhou para nós, nesses 2 anos, pensando. Quando nós estávamos quase prontos para começar a fazer isso, o Conselho nosso, tanto o Fiscal, quanto o nosso Conselho Administrativo, vetou, e aí é que veio a ideia de a gente pôr à venda o ativo, porque



a gente não teria o uso, passados os 10 anos. Nos primeiros 10 anos, a casa não era nossa, estava alugada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mário Góes?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Mário Góes, nunca vi. A primeira vez que eu ouvi falar nele foi agora na...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Esse repasse do Carlos Eduardo, não tomou conhecimento?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na nossa empresa, é impossível. Nós não temos nenhum conhecimento disso aqui. E não acredito. Eu acho... Mas estão falando... Então, a gente tem que aceitar mesmo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hum, hum!

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Sobre o cartel, eu tenho quase...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - José Dirceu e Antônio Palocci, a relação... Que foram consultores...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Palocci fez exclusivamente palestras para nós, que duravam entre 1 hora e meia a 2 horas. Nós tivemos um contato... Ele era, naquele momento, acho que a pessoa... Nós estávamos vivendo uma crise terrível, e ele era, naquele momento, uma das empresas que trouxe... O Ministro Palocci trouxe, num determinado momento, para os empresários brasileiros uma certa tranquilidade. E ele foi um porto seguro em dar as visões que o mercado tinha. Mas o negócio nosso com o Palocci foi absolutamente restrito a essas palestras. E, depois, houve uma intermediação, nós nunca mais o vimos. É muito estranho esse enlace, mas até foi motivo de uma ação... Mas inexistente isso. Sobre o cartel, nós nunca fizemos a obra pública. Eu não sei... Eu sei zero para explicar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foram 22 encontros com o Palocci, não?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Com o Palocci, foram... Acho que ou 11 ou 13, um número...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tudo de palestra?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na verdade, ele vinha numa determinada data fixa já, porque, como a gente convidava os diretores de bancos e clientes, era preestabelecido assim. Eu acho que era sexta-feira, a primeira, ou a segunda sexta-feira do mês. Então, ele vinha, nós sentávamos nesse micro, pequeno auditório,



exceto uma vez que ele fez uma palestra muito grande no nosso auditório grande da empresa — aí convidamos 250 grandes executivos. Mas ele vinha fazer essa palestra, vinha junto com o Secretário. O relacionamento era muito pouco, era profissional. Não tivemos...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - José Dirceu também?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - José Dirceu eu nunca vi. Eu fui num jantar e tive oportunidade de conhecê-lo num jantar, mas nunca...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nunca fez palestra lá no...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, ele não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nem intermediou essa negociação com a Engevix, a venda entre WTorre...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Engevix, nós contratamos um banco para fazer a venda.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não houve intermediação de ninguém?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não houve intermediação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É que eu estou lembrando as respostas. Então, não houve nenhuma ajuda com relação... Duas coisas: na licitação da Rio Grande houve alguma ajuda política para conquistar isso? Porque, como existia o cartel, V.Sa. ganhou — adaptou, ganhou — a licitação, eu pergunto: houve alguma ajuda, já que o cartel era muito forte? V.Sa. ganhou a licitação?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O senhor citou que a Odebrecht...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O que a gente tinha ouvido na época que a Camargo Corrêa, e não a Odebrecht, é que teria um preço melhor do que o nosso, mas, para surpresa acho que de todos, o nosso preço foi o melhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Conheceu o Vaccari, não?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Conheci o Vaccari.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Contribuiu com ele algumas parcelas?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Contribui com ele. Nós temos uma política de... Há 20 anos que a gente faz uma participação absolutamente... Vivendo o momento que a gente está entendendo, onde a gente acha que é melhor na nossa



crença para este País, a gente vai fazendo, nós fizemos algumas doações para partidos num determinado...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor lembra quando foi isso? A primeira doação do Vaccari?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Vaccari... Quem cuida disso é o meu CEO, mas eu lembro, até fui atrás por causa desta data importante aqui hoje. O Vaccari esteve três vezes no nosso escritório, e eu o encontrei, destas três, em duas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas foi antes de 2008, 2009? Tem ideia assim?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Foi posterior a isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Depois que ele assumiu?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Foi nas duas eleições.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Em 2010 e 2014.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas contribuiu oficialmente ou teve alguma...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Sempre oficialmente. Isso é lançado em nosso balanço. Até tenho o balanço aqui para ficar...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Certo.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Num determinado instante, Excelência, nós já estávamos fazendo essa obra no Sul e nós tivemos oportunidade de conhecer a famosa gestora, que era a Ministra da Casa Civil. Nós fizemos uma...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Famosa gestora? Não entendi.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Porque, assim: a gente já vinha ouvindo falar que ela fazia a gestão bem. Eu vivi uma oportunidade única, que vale até explicar, que ela, num determinado dia — as obras, V.Exa. sabe muito bem, são complexos os andamentos de licenças no Brasil, a complexidade de aprovar...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hum, hum!

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Nesse instante, a Ministra, no Rio Grande do Sul, ela vai a um teatro, num cinema. No palco desse teatro, desse cinema, ela monta uma mesa gigante, convida ou convoca, eu não sei, todos os Ministros pertinentes, Meio Ambiente, Energia — se não me engano, acho que eram sete ou oito Ministérios —, coloca todos sentados à mesa. Cada Ministro está com um



assessor ao lado, assim. Ela chama por ordem de tamanho das obras do Sul. Eu, como nunca tinha visto isso, eu achei fantástico. Então, ela fala assim... A primeira obra naquele instante, a maior obra do Sul era a nossa. Ela pega e fala assim: “*Quais são os problemas que o senhor tem na sua obra?*” Então, nós começamos: “*Temos um problema, assim, elétrico; temos um problema de acesso na rodovia...*” Então, ela chama o Ministro da Energia e fala: “*Por que não ligou o negócio dele?*” “*Ah, é porque o Meio Ambiente não aprovou.*” “*Então, Meio Ambiente, por que você não aprovou?*” Foi uma coisa fantástica, que me cativou e eu achei que nós tínhamos uma solução para este nosso País tão emaranhado e tão difícil. E, de fato, as coisas andaram. Quer dizer, a gente vinha esperando licenças de 6 a 8 meses, autorizações para mexer na estrada paga 100% por nós, mas só para autorizar... E, naquele instante, nesse instante, eu achei: “*Pode ser que isso aí seja a solução para o nosso novo Brasil*”. Nesse ano, nós realmente investimos um pouquinho mais na campanha dela, mas investimos sempre dentro do que a empresa tinha capacidade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi num teatro que o senhor falou, lá no Rio Grande do Sul?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - No Rio Grande do Sul foi num teatro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra agora ao Deputado João Carlos Bacelar. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Leo de Brito. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 3 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Walter Torre, eu quero fazer algumas perguntas aqui, primeiramente sobre essa questão das palestras com o Palocci. O senhor, no começo, falou que, além dele, também tiveram outras pessoas que fizeram palestras, mas quem mais fez palestras para a WTorre entre esses nomes conhecidos?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O Ministro Kandir fez bastante, o Prof. Belluzzo.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Consta — e aí a gente fazendo alguma pesquisa — que o Palocci teria recebido algo em torno de 2 milhões de reais.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - É compatível isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, senhora, há um engano. Ele recebeu 320, 350 milhões...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mil? Milhões?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - ...350 mil, desculpa, ao longo de 4 anos. O valor era sempre... O número dá ímpar, porque, na verdade, nós pagamos 20 mil por cada palestra que ele ia. Numa determinada palestra, que a gente até estava discutindo na contabilidade, nós pagamos 10. Eu não sei se foi a primeira ou se foi...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo.

Vocês chegaram... Nessas várias palestras que vocês tiveram, o senhor criou com ele alguma vinculação de amizade, de envolvimento, de participação mais próxima dele, do Palocci?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Infelizmente não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Infelizmente?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - É porque, na verdade, é assim: na época, essas palestras eram muito concorridas. E já chegava nesse nosso auditório, conversava, fazia, a gente apresentava, batia aquele papo, tomava o cafezinho. Nunca tivemos nenhuma postergação, nunca isso teve continuidade assim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Foram exclusivamente palestras na nossa empresa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo.

Sobre essa construção no Rio de Janeiro, ele não teve nenhuma participação nessa negociação, depois de o prédio construído, referente à questão dos aluguéis?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, nenhuma, Excelência. Ele se limitou a fazer palestra na nossa empresa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo.



**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Aliás, se eu seguisse todas as opiniões dele, a gente não teria investido mais, porque na época teve um momento em que ele começou a dizer que a economia estava complicada, e a gente... O nosso espírito de empreendedor é que fez fazer, mas...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu queria que o senhor me explicasse para que ficasse mais claro. O senhor está tendo muita indisposição inclusive em falar sobre essa negociação.

Você constrói um prédio inclusive com uma estrutura, como você já destacou, extremamente robusta, e logo em seguida existe realmente o aluguel.

Parece que você constrói já com a certeza, de fato, desses alugueis.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Naturalmente, houve um lastro. Parece-me que o senhor fez alguma negociação de mercado a partir desse empreendimento, algo em torno de movimentações de 1 bilhão ou 1 bilhão e meio de reais, a partir de ter esse prédio como uma segurança, um lastro, mas também houve os alugueis. O senhor já tinha certeza de que teria o aluguel ainda durante a construção do prédio? Como funciona isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - No processo de *built to suit*, nós primeiro locamos, fazemos um desenho, fazemos um contrato de locação. Depois que a gente tem um contrato embaixo do braço, depois que eu sei que este cliente vai me pagar aqueles "x" reais de aluguel por mês é que nós começamos a fazer.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, constrói-se depois.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Com a firme predisposição de entregar aquilo. Ele só vai pagar se ele receber. Se ele não receber o prédio, ele não paga. Então, é um contrato de locação em que ele começa a pagar depois que ele muda para o edifício, mas ele assume um compromisso de que ele pagará, caso se entregue esse edifício assim. Isso foi criado, Excelência, porque no Brasil até pouco tempo atrás, nós tínhamos uma lei muito ruim do inquilinato. A nossa lei não exigia que ninguém cumprisse a lei. Quer dizer, bastava que você desistisse de cumprir aquele contrato assinado, pagava três alugueis de multa. E, se já tivesse cumprido meio contrato, pagava só um e meio e ia embora. Então, nós também desenvolvemos isso em 1984, um contrato com outras avenças, em que a empresa



vem, aluga e cumpre aquele contrato, porque no Brasil havia esse hábito de que você assinava um contrato de locação e cumpria se quisesse. Uma coisa típica. Agora nós já estamos tendo um contrato um pouco melhor, mas naquela época era assim. Isso então a gente chama de contrato *build to suit*, ou seja, é um contrato cheio. Ele aluga e tem obrigação de pagar até o fim do período em que foi combinado. Então...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual foi o valor que você conseguiu levantar nessa locação, nessa negociação, no total?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - No prédio da PETROBRAS?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Hã, hã!

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O prédio da PETROBRAS nós alugamos por 72 reais o metro. Ele tem 106 mil metros. Portanto, ele faz 7 milhões e 72... Faz 700 mil, 740 mil reais mês e faz mais ou menos 9 milhões e pouquinho de aluguel ano. Então, foi essa... Aí, o que faz? Em função do mercado e do custo do momento do dinheiro, você fala assim: *"Eu tenho 120 prestações de 700, quem quer descontar?"* Você desconta do valor presente...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Esse contrato demorou quanto tempo, Sr. Walter?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A obra?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O contrato de locação, qual é o período dele?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Ah, o contrato. O contrato com a PETROBRAS são 17 anos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Vai até 2 mil e...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Dezesete... Deve ser 2025...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Até 2039, mais ou menos isso, não é?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Dezesete... 2032, se não me engano; 2030, porque já tem 2 anos, 2030.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputada.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mais uma pergunta para o senhor acerca do Gerson Almada. Como era a sua relação com ele? Ele que fez, na verdade, a citação de seu nome na delação. Como o senhor recebeu isso?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Eu recebi muito mal, não é? Eu tinha conhecido o Gerson 1 ano antes da, da, da venda do estaleiro. Durante a venda do estaleiro, por acaso, eu não o vi. Eu negocieei com o sócio dele. Eu ainda tenho uma pendência com ele que eu estou brigando na Justiça, que falta ele pagar uma parte. Eu não consigo entender por quê.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sobre o Vaccari, agora há pouco parece-me que o senhor respondeu ao Deputado Izalci, que o senhor, na verdade, esteve com o Vaccari e fez inclusive algumas doações.

Qual foi o período dessas doações? O seu encontro com o Vaccari foi também nesse mesmo período em que o senhor chega à PETROBRAS e consegue, na verdade, esse contrato de locação?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Na verdade...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só mais uma pergunta para o senhor me explicar direitinho. Quando você faz essa locação, é um processo também de licitação que a PETROBRAS faz?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Com o Vaccari, na verdade, assim, nós o encontramos sempre no período pré-eleitoral. E não só com o Vaccari, quer dizer, eu, no meu escritório, eu recebo todos...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Foi o senhor que o procurou ou foi ele que o procurou?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, nós somos sempre procurados por todos os caixas de campanha na época eleitoral. Então, eu, eu particularmente não sou o que cuida disso, mas eu gosto de estar junto nesse instante. Nós atendemos os principais caixas, não é? Os administradores do caixa das campanhas de qualquer dos partidos. Então... Mas é sempre 2 ou 3 meses antes das eleições. Nunca tivemos contato fora desse período de 2 ou 3 meses. E quanto à licitação, a PETROBRAS, como qualquer outra empresa, para alugar prédio não precisa de licitação. Ela faz uma concorrência, acho que dela mesma, interna, não sei. Não há necessidade da operação.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O.K.**

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Ivan Valente está ausente; Deputado Augusto Coutinho, ausente; e Deputado Félix Mendonça Júnior, ausente.

Darei a palavra ao Relator. Não darei mais a palavra...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só quero pedir cópia do contrato para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foram mencionados aqui os contratos da CPI, inclusive alguns com a testemunha da própria Presidenta Dilma. Se puder mandar para a CPI uma cópia, eu gostaria de pedir a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encaminha, que nós requisitaremos por escrito.

Deputado Luiz Sérgio, para fazer uma observação, para que possamos ouvir o último... Ainda há o Deputado Paulo Azi inscrito aqui.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu fiz uma reinscrição, apenas uma pergunta, o Deputado Antonio Imbassahy havia concedido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou desautorizar o Presidente Antonio Imbassahy.

V.Exa. terá a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não faça isso, Presidente. O senhor é um Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A contragosto.

Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu pedi a palavra como Líder.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Aqui foi utilizado o termo "PETROBRAS burlar a lei", então, como Relator, apenas para deixar consignado que a prática de contratação de plataformas é antiga, e nem sempre a PETROBRAS contratou de quem tinha estaleiros. Ainda no período de Joel Rennó, houve várias licitações de plataformas. O German é hoje dono da Avianca, venceu a concorrência, acho que para 16 plataformas, e a PETROBRAS, alegando que não tinha como fazer aqueles



financiamentos, fazia a licitação. O vencedor tornava o próprio contrato ativo, buscava fazer a sua montagem financeira e contratava os estaleiros para poder fazer as suas obras. Infelizmente a que ficou símbolo desse processo foi a Plataforma P-36 que afundou lá, na Bacia de Campos. Então, não é algo novo em relação a esse processo.

E aqui, várias vezes, falaram da empresa Rio Bravo. Apenas para deixar registrado, a Rio Bravo tem como estrategista e Presidente do Conselho o Sr. Gustavo Franco, que foi Presidente do Banco Central no Governo Fernando Henrique.

Eu acho que seria impensável que a PETROBRAS usasse o ex-Presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique para junto fazer um conluio de corrupção. Então, ele fez parte desse processo estratégico da PETROBRAS, que nós temos o direito aqui de concordar ou discordar.

Eu queria apenas perguntar se V.Sa., nas negociações que teve com a Rio Bravo, teve reunião com o Gustavo Franco, como estrategista chefe da Rio Bravo nesse período.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Esse contrato foi um dos principais contratos da Rio Bravo, então, participou a equipe toda dele com a equipe toda do nosso escritório. Então, eu particularmente não tive com ele, mas tenho certeza que (*ininteligível*) teve reuniões com ele, sim, para discutir esse projeto, porque isso era bastante inovador na época. Viu, Excelência. A PETROBRAS, uma grande empresa, com caixa alto, optar por alugar e não por gastar o dinheiro dela.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E V.Sa. também disse que, próximo das campanhas eleitorais, foi procurado por tesoureiros de vários partidos.

E aqui foi citado o Vaccari, tesoureiro do PT, mas V.Sa. ou a empresa de V.Sa. foi procurada por tesoureiros de outros partidos? Quais? Fez doação a outros candidatos a Presidente da República além da Presidenta Dilma Rousseff?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - A nossa empresa, há 20 anos, vem contribuindo para esse processo democrático. Então, a gente está, sempre, na medida do possível, sempre que há capital que a empresa pode dispor naquele instante, a gente participa, ou na tendência que a gente acha que é melhor no



instante. Então, a gente vem fazendo isso sempre. Nós somos sempre procurados pelos tesoureiros, né.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas não foi apenas o Vaccari, o tesoureiro?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não de jeito nenhum, de jeito nenhum. Os principais partidos, né.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - PSDB...

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Todos eles.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Todos eles. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Paulo Azi vai falar. Em seguida, darei 1 minuto para o Deputado Altineu e 1 minuto para o Deputado João Carlos Bacelar, para encerrar a lista de inscritos.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Serei extremamente breve.

Sr. Walter, eu queria entender um pouco mais o processo de negociação entre a empresa de V.Sa. e a Engevix em relação ao Estaleiro Rio Grande. A iniciativa dessa negociação partiu da empresa de V.Sa.? V.Sa. teve a iniciativa de vender ou foi procurado por emissário da Engevix, que lhe propôs a aquisição do estaleiro?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Nós resolvemos, através do nosso Conselho, que a gente deveria vender, se houvesse uma oportunidade. Aí, nós contratamos agentes bancários, para que eles contactassem as companhias, para ver quem tinha interesse. Partiu de nós a intenção da venda, e vieram quatro companhias, mas três com propostas. E uma das três era a Engevix, que foi a vencedora. Foi a que fez a melhor proposta para nós.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor conhece o Sr. Milton Pascowitch?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, senhor. Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Nunca teve relação nenhuma?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Nunca. Nunca vi. Não sei.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Eu estou fazendo essa pergunta a V.Sa. porque esse assunto também está sendo objeto de investigação no âmbito da CPI



dos Fundos de Pensão, já que a Engevix utilizou, na operação, na sua estruturação financeira, recursos do FUNCEF.

V.Sa. teve algum contato com algum representante dos fundos de pensão, durante esse processo de negociação, e posterior à venda do ativo de V.Sa.?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, Excelência, nas negociações comerciais, nós sabíamos que a Engevix estava utilizando uma parte da parceria era com uma fundação. Depois, olhando atrás, para a gente entender 100% o desenrolar, o advogado da fundação esteve nas últimas negociações, mas...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Mas isso em que momento da negociação?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Num determinado instante, é como se fosse uma concorrência. Num determinado instante, a melhor proposta que nós recebemos foi da Engevix. Nós os chamamos e falamos: "*Nós vamos*". Aí, eles começaram a explicar que eles iam fazer a gestão, ia ter um fundo que ia participar. Apresentaram o fundo. Veio o advogado.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Durante a feitura do contrato?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Em toda a execução do contrato sempre teve o advogado da fundação junto.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço a V.Sa.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Walter, quantos metros quadrados o senhor disse que o senhor aluga para PETROBRAS, no Rio de Janeiro, o Edifício Ventura Tower?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não é o Ventura. Infelizmente, o Ventura é aquele que eu fiquei com dor de cotovelo, porque eu aluguei por 72 e a PETROBRAS alugou por muito mais.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor tem um contrato no Ventura?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O nosso não se chama Ventura. Chama-se CES, Centro Empresarial Senado. Aliás, desse meu empreendimento, eu tenho muito orgulho, porque nós revitalizamos toda a Lapa. Investimos, no Rio de Janeiro,



do capital próprio, 85 milhões. Fizemos o primeiro piscinão e doamos para a cidade. Tudo isso em função de que o prédio ficasse bem instalado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu só quero citar um valor aqui, já que não é para eu passar de 1 minuto. O senhor disse à Deputada Eliziane — o senhor deve ter se enganado na conta que o senhor fez — que seriam 700 mil por mês. Eu tenho os contratos aqui comigo. Desses dois contratos, o senhor disse que eram 100 mil metros. Desses dois contratos, 53.639 metros quadrados. O valor mensal: 8 milhões e 551 mil reais. Por ano, 102 milhões e 600 mil reais. Em 17 anos, são quase 1 bilhão e 800 milhões de reais. Está escrito nos estudos que eu fiz que o senhor investiu cerca de 400 milhões de reais para fazer esse empreendimento. Então, eu sou contra a opinião do senhor. Obviamente, o senhor é empresário. Está defendendo o lado do senhor. É um absurdo a PETROBRAS, que tinha um grau de investimento, naquele momento, o senhor disse aí, maior do que o País, se for construir, hoje, em dinheiro de hoje, gastar 2 mil reais por metro quadrado de obra. Não gasta de jeito nenhum! Você faz um edifício de 100 mil metros quadrados com 200 milhões de reais. A PETROBRAS vai pagar de aluguel 1 bilhão e 800 milhões de reais. Uma empresa como a PETROBRAS não é um Banco Santander, não é um banco Bradesco. Ela tem que ter uma sede, ou dois, ou três edifícios sedes. É dinheiro jogado no lixo, na minha opinião, com todo o respeito ao negócio do senhor e sem desmerecer toda a capacidade técnica da empresa do senhor.

Só queria registrar isso, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Excelência, infelizmente, esse contrato que o senhor leu é o do meu concorrente. *(Riso.)* Eu gostaria de ter locado por isso, mas eu loquei exatamente pela metade. *(Risos.)* A área dele realmente...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, esse edifício não foi o senhor que construiu?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Infelizmente, não. Esse é o outro. Esse aí tem 53 mil metros.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, tem mais?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não. Então, o que eu fiz, logo que eu fiz, logo que eu fiz...



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Esse era o que o senhor queria ter feito.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - O que eu queria fazer. Logo que eu fiz, depois de 3 ou 4 anos na negociação, nós conseguimos locar. Assim que eu consegui locar, a PETROBRAS locou também 53 mil metros por um valor muito parecido, quase idêntico, só que...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, esse está superfaturado?

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, não é... Hoje, inclusive, ...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É o dobro!

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Não, é que, para o mercado do Rio de Janeiro hoje — quer dizer, agora com a crise, não —, mas para o mercado do Rio de Janeiro, ele até ficou barato também. O meu ficou de graça, porque no Rio de Janeiro, o preço médio de aluguel de prédios bons...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor tem de brigar pelo reajuste. *(Riso.)*

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - ... varia de 180 a 200 reais o metro quadrado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Olha, sinceramente, eu cheguei a isso aqui. Eu tenho os contratos. Só aqui nesses contratos, são 1 bilhão e 8 milhões, em 17 anos, mas os contratos do senhor, então.

Eu quero pedir desculpa pelo equívoco, mas o nosso sentido aqui é até defender a PETROBRAS dos negócios danosos para a PETROBRAS. Não é culpa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas isso ele faz e aluga de graça para a PETROBRAS. É um bom negócio para a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se o senhor faz pela metade do preço e aluga de graça, procure a PETROBRAS. *(Risos.)*

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Foi um bom negócio para a PETROBRAS. Foi bom para nós também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Altineu.

Deputado João Bacelar.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Imbassahy, Deputado Luiz Sérgio, eu queria dizer aqui ao depoente, ao Sr. Walter, que me impressionou muito a altivez e a segurança de V.Sa. nesta Comissão.

Então, eu, como autor do requerimento, quero dizer que foi 100% a contento aqui as perguntas e as respostas que o senhor fez. O senhor esclareceu dúvidas nesta Comissão, e dizer aqui ao Presidente Hugo Motta que todos os depoentes aqui deveriam mirar no Sr. Walter Torre, que veio, respondeu, não tergiversou um minuto sobre as perguntas e pareceu dar transparência e segurança nas respostas e dirimir todas as dúvidas que esta Comissão teve.

Então, queria deixar esse registro aqui como autor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Eu quero, antes de poder dispensá-lo, Sr. Walter, agradecer as contribuições que V.Sa. deu aqui ao nosso trabalho. Nós temos o desejo de que todos os que aqui são chamados — muitas vezes, para alguns, vir à CPI é um martírio, mas, na verdade, estamos cumprindo o nosso papel; a Casa resolveu, por mais de um terço de seus Parlamentares, instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, temos que investigar — todos que aqui vêm, possam, da forma tranquila como a de V.Sa., contribuir com o nosso trabalho, respondendo nossos questionamentos, e, acima de tudo, colocando-se à disposição. V.Sa. disse que está à disposição não só desta Casa, mas da Justiça e de quem quer seja, para que os fatos sejam apurados, mostrando aqui, pelo menos na nossa visão, que nem o senhor, nem a sua empresa tem nada a esconder das negociações que foram feitas com a PETROBRAS e com o serviço público.

Então, gostaria de agradecer a sua presença e a sua colaboração com a nossa CPI.

**O SR. WALTER TORRE JUNIOR** - Muito obrigado. Eu vou encomendar todos os contratos para vocês. Acho que eu até tenho. Obrigado. Foi um prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

V.Sa. está dispensado.

Convido o Sr. Frank Geyer Abubakir a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Frank Geyer Abubakir, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor do requerimento aprovado, como também por estar sendo investigado em inquérito policial, conforme verificado junto à 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Aqui, antes passar a palavra para V.Sa., geralmente o Relator faz as primeiras perguntas; mas ele foi ao Plenário dar presença. Nós vamos dar a palavra ao Deputado Altineu Côrtes, que é o primeiro Sub-Relator, para, depois da sua fala, proceder com as perguntas.

Já avisamos que os seus advogados estiveram ontem conosco, informando que V.Exa. iria optar pelo silêncio, e eu deixo aqui os microfones abertos para que V.Sa. possa fazer a saudação inicial.

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Boa tarde, Exmos. Parlamentares, Deputadas e Deputados. Com todo o respeito a V.Exas., peço a compreensão de que, face a inquérito criminal do qual eu faço parte, me vejo, infelizmente, impossibilitado de me manifestar e responder a vossas perguntas. Assim, por orientação dos meus advogados, exercerei o direito consagrado no art. 5º, inciso LXIII, da nossa Constituição Federal. Desde já agradeço a compreensão de V.Exas. Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, por até 10 minutos, para fazer as suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Presidente, eu poderia usar 2 minutos do tempo de liderança e, após, encerrar as perguntas? Posso usar o tempo de liderança primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer usar o tempo de liderança antes?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - É, antes.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 6 minutos, com o compromisso de usar 2 minutos. Não é, Deputado Altineu? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Compromisso assumido. Mas gostaria que o senhor anotasse o crédito dos 4 minutos para uma próxima oportunidade. *(Risos.)*

Sr. Presidente, eu quero esclarecer aqui um ponto que considero fundamental. A nossa CPI, a CPI do Congresso Nacional que trata da PETROBRAS, vem investigando contratos alvos da Operação Lava-Jato. E nós estamos investigando outros contratos e outros setores dentro da PETROBRAS, que ainda não foram alvo da Operação Lava-Jato. Por isso, eu fiz uma colocação que considero importante, de registrar aqui todos os contratos que nós recebemos. Porque demorou tempo para receber, Deputado, os contratos que nós solicitamos à PETROBRAS. Existe um corporativismo dentro da empresa, que não nos entrega aquilo que a gente pede.

E recebemos muitos contratos. Se não me engano, de 146 empresas. Muitas, ainda, não foram alvo da Operação Lava-Jato. Mas isso não quer dizer nada, porque alguns meses atrás eu fiz aqui requerimentos para convocar sócios de empresas prestadoras de serviços, e essas empresas, depois, apareceram — dois, três meses depois — na Operação Lava-Jato. Inclusive, essa operação prendeu gente importante neste País.

Então, a CPI não tem que trabalhar só com o que a Operação Lava-Jato já apontou. Por exemplo, está aqui o setor petroquímico. Eu torço muito para ter uma fase da Operação Lava-Jato para o setor petroquímico, porque o que aconteceu no setor petroquímico é um verdadeiro absurdo — e em outros setores, também.

Eu me pergunto, aqui, antes dos meus questionamentos, já encerrando os meus 2 minutos: se o Paulo Roberto Costa, a Odebrecht, estiver envolvido em diversas situações? Fizeram delação premiada o Paulo Roberto Costa, o Barusco e, quando chega na área petroquímica, ele para? Ele não comete crime nenhum? O que ele fez com a nafta na área petroquímica — porque está aqui em uma das perguntas que eu vou fazer ao Sr. Frank — não é corrupção? Então nós não podemos falar do que a Operação Lava-Jato ainda não trouxe? Não, nós temos que falar, sim. Falar, apontar; se a imprensa repercutir, melhor ainda, as questões



dessas empresas que vão ser citadas daqui para frente aqui, que, aliás, têm contratos públicos. Não estão na CPI para o Deputado Altineu, não; estão para qualquer Deputado se debruçar.

Então, quero fazer esse registro. Por exemplo, Sr. Presidente, eu citaria algumas empresas. Mas citarei aqui um requerimento que eu fiz, que é o requerimento... Eu poderia citar aqui vários. Estão aqui os requerimentos que não foram deliberados. Um deles, por exemplo, que se trata de uma empresa ligada à Odebrecht, é o requerimento do Sr. Demerval Gusmão, 971 — aliás, deveria ter feito também o requerimento do irmão dele, Arnaldo Gusmão. Eles são parceiros da Odebrecht e alugaram avião para autoridades voarem pelo Brasil e pelo mundo.

Então, a CPI tem que citar, sim. Se não tivemos tempo para colocar todo mundo aqui, para citar as empresas todas, tudo bem, citamos no relatório final, apontamos esses nomes, e contamos a história que descobrimos.

Eu quero agradecer aos técnicos do Tribunal de Contas da União, aos técnicos da CPI. Quero pedir ajuda aos senhores, para construirmos o relatório, quando não, citando os fatos que temos aqui, com a ajuda do Ministério Público — que já são fatos públicos —, aqueles que desconfiamos, para que esses fatos possam ser averiguados pelo Ministério Público.

Então, os meus 6 minutos de Líder foram 2 minutos. Pode ver, marcado, cravado aí. Agora, vou começar os meus questionamentos, Sr. Presidente. Meus 2 minutos de tempo de Líder encerram-se aqui.

Vamos lá. Sr. Frank, vamos falar primeiro da questão da nafta. O senhor, como acionista da Unipar, comprava nafta mais barato do que a PETROBRAS, do que era o custo da PETROBRAS?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Deputado, respeitosamente, peço a V.Exa. que compreenda a manutenção da minha postura de seguir a orientação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu, respeitosamente, com todo o respeito ao senhor — nunca vi o senhor, provavelmente a gente nunca vai se ver de novo —, entendo que essa é a lei, mas não concordo com a posição do senhor. Acabou de vir aqui um grande empresário do setor imobiliário, alvo também de denúncias, e respondeu diversas perguntas. Segundo o Deputado Onyx, que tem 12



CPIs, inclusive as CPIs mais importantes que o Brasil já teve, quando uma pessoa senta aqui e se cala é porque ela deve alguma coisa. Isso é o que diz o Deputado Onyx. Esta é a minha primeira CPI.

Eu acho que o senhor é um jovem, o setor que o senhor trabalha é um setor que não pode ter ficado fora dessa corrupção. Os atores são os mesmos. O senhor sentou com a Odebrecht, com a Braskem. O senhor participou do assunto da nafta, o senhor participou das aquisições, a união da Unipar com a PETROBRAS, a formação da Quattor?

Com quem, na PETROBRAS, o senhor tratava, o senhor tratou, quando o senhor fez a primeira junção com a PETROBRAS?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Deputado, peço desculpas e vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Em depoimento, em 4 de novembro de 2014, o Sr. Alberto Youssef afirmou que houve uma reunião em São Paulo entre o Sr. José Janene e o dono da Unipar para tratar da criação da Quattor. Era o senhor que estava nessa reunião?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Youssef informou, ainda, que, no mesmo depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, providenciou tratativa para viabilização do empreendimento com o dono da Quattor. O senhor tratou com o Paulo Roberto Costa?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Permanecerei em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor Alberto Youssef disse, ainda, que o Deputado José Janene teria ficado insatisfeito com a mudança do acerto da propina, e teria pressionado o empresário que dirigia a Quattor. Esse empresário era o senhor?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Vou continuar em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Era o senhor, porque o senhor que dirigia a Quattor.



A venda da Quattor foi um absurdo. Ela foi realizada com valores abaixo dos valores do mercado, porque existia um valor que foi pago por fora, depositado no exterior. O senhor confirma isso?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor acha que, depois de tudo o que o senhor está vendo no Brasil, essa história de bilhões de reais em que o senhor se envolveu vai ficar impune?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Gostaria que o senhor compreendesse, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sabe-se que o Sr. Frank viajava regularmente em jatinhos particulares, em viagens de negócio e lazer. Um deles seria um Gulfstream IV, prefixo PRETE, avaliado em 30 milhões de reais — eu acho que isso deve estar errado, um avião desse aqui, Gulfstream IV, um dos mais famosos de nome que a gente ouve.

A aeronave estava em nome de um banco no exterior, era operada pela Elite Aviation, que supostamente tem o senhor como sócio. O senhor era sócio da Elite Aviation?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Excelência, o senhor me permitiria continuar em silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - No depoimento, semana passada, do Alberto Youssef, se não me engano — não tenho certeza se foi na semana passada, eu acho que não —, no depoimento do Sr. Alberto Youssef, ele afirmou ter recebido 9 milhões de reais do senhor para facilitar a operação de formação da Quattor — foi na semana passada. Para quem o senhor destinou esse dinheiro?

**O SR. FRANK GEYER ABUBAKIR** - Deputado, continuarei seguindo a orientação dos meus advogados.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu tenho diversas outras perguntas aqui. O que está acontecendo, o que aconteceu na área petroquímica da PETROBRAS não está fora dessa corrupção. Os atores são os mesmos: é PETROBRAS, é Braskem, é Odebrecht. é venda lá, é compra do grupo Suzano, é junção com a Unipar, depois é a formação da Quattor. Num momento eles pagam mais caro, em outro momento, eles pagam mais barato.



Eu quero e vou pedir, como membro desta CPI, através de requerimento, e também como Deputado, e vou pedir aos colegas que também façam pedidos similares a esses, em outras situações técnicas, obviamente. Que a gente tenha o nome dos passageiros que voaram nesse avião, prefixo PRETE, durante esses anos em que esse processo aconteceu. Esse requerimento eu que vou fazer, assim como fiz com o do Sr. Ricardo Pessôa, que estava aqui.

Só para o senhor ter uma ideia, Sr. Frank, o Sr. Ricardo Pessôa era o chefe do cartel, segundo o Ministério Público Federal, segundo a Polícia Federal, no entendimento do Juiz Sérgio Moro.

Lá em Itaboraí, na minha cidade, a obra que ele armou para vencer foi de 11,5 bilhões de reais. Ele pagou 15 milhões de reais de propina. Existem indícios de que o senhor tenha transacionado com o Alberto Youssef mais de 18 milhões de reais. O senhor é maior na propina do que o Ricardo Pessôa, que sentou aí. O senhor acha que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Operação Lava-Jato não vão chegar a uma questão como essa?

O senhor deve pensar, o senhor é um homem jovem. A gente sabe que havia uma briga familiar na empresa do senhor, e foi por isso que, na operação do senhor, vocês fizeram o inverso. Vocês venderam a empresa mais barata, para você receber o seu dinheiro lá fora, já que a empresa não era toda sua.

Então, é isso que todo o mundo que estuda esse assunto aponta. Não tenho absolutamente nada contra o senhor. Agora, considero que o senhor perde aqui uma oportunidade de desqualificar as minhas informações sem lhe incriminar. O senhor devia dizer agora: *“Deputado Altineu, o senhor está errado nisso. Esse número que o senhor deu está errado. Essa informação que o senhor deu está errada. Isso está errado”*.

Agora, diante de uma oportunidade, o senhor se cala, não é? Como diz o Deputado Onyx, que tem mais experiência, a gente não vai discutir com os mais velhos que têm mais experiência. Diz ele que quem senta aqui e se cala é porque tem culpa no cartório.

Infelizmente, Sr. Presidente, não adianta perguntar nada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Concedo a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Daria como sugestão, liberarmos aqui o depoente. Já que ele está usando o preceito constitucional de ficar em silêncio e, ao mesmo tempo, pela isonomia que demos aqui a outros depoentes que ficaram em silêncio: cito o Presidente da Queiroz Galvão, cito o Presidente da OAS, cito o Presidente da Andrade Gutierrez, cito diversos outros depoentes que se mantiveram em silêncio. Que Deixemos aqui o depoente se retirar do recinto e vamos dar prosseguimento aos novos procedimentos da Comissão.

Eu acho que é inócuo ficarmos perguntando, e o depoente dizendo que vai permanecer no direito constitucional de ficar calado, de acordo com as orientações dos advogados. Então, pelo princípio da isonomia, pela forma transparente com que V.Exa. tem levado esta Comissão, presidindo com muita maestria, junto com o Relator Luiz Sérgio, junto com o Vice-Presidente Antonio Imbassahy, com o 2º Vice-Presidente, Deputado Félix Mendonça Júnior, nós queríamos fazer este apelo a V.Exa., para liberarmos o depoente e darmos prosseguimento às matérias que são profícuas nesta Comissão, matérias que são interesse dessa Comissão.

Tivemos aqui um depoente, agora, que saiu, um dos grandes empresários brasileiros, que passou quase 2 horas, nesta Comissão, respondeu a todas as perguntas que nós fizemos. Foi transparente. Foi convincente nas posições dele aqui.

Então, já que o depoente, Sr. Frank Geyer Abubakir, não quer falar, vai ter o direito constitucional de ficar em silêncio, eu dou como sugestão a V.Exa. e ao Relator Luiz Sérgio dispensarmos ele daqui.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos dar a palavra antes ao Relator, que ainda não fez seus questionamentos, e aí vamos dar seguimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Como o Sr. Frank está optando pelo direito constitucional de ficar em silêncio, se ele nada vai falar, nada vai contribuir para essa relatoria. Então, eu vou aqui apenas deixar consignadas as perguntas que faria. Eu não farei nenhuma.



Agora, não precisa nem o Presidente tomar uma posição, que às vezes até leva a um desgaste. Basta que os Deputados presentes inscritos protocolem na Mesa da Comissão as perguntas que fariam. Assim, se encerraria e se dispensaria o depoente, sem haver a necessidade de uma medida unilateral do Presidente da Comissão. Se os demais seguissem o gesto que eu estou tomando, nós praticamente estaríamos encerrando, neste momento, esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço ao Relator.

Vamos aqui chamar pela ordem de inscrição.

Deputado Jorge Solla. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Izalci (*Pausa.*) Ausente.

Deputado João Carlos Bacelar, vai fazer algum questionamento?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Já fiz. Fiz um apelo ao Presidente e ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Eliziane Gama. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Ivan Valente. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. pediu a palavra. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Sr. Presidente, na verdade, eu não vou fazer nenhuma pergunta, mas eu acho que temos que ter uma condução isonômica. Quando nós fomos para Curitiba, ouvimos todo mundo, inclusive quem não queria falar. Não tenho nada contra o depoente, tanto é que não tenho nada a perguntá-lo, mas temos que ouvi-lo.

Eu sei que o que não tem nem mais Deputado depois de mim que esteja inscrito para falar, mas não dá. Eu discordo do companheiro João Carlos Bacelar. Ou seja, a gente tem uma condição que tem que ser para todos, ou então a gente também não chama mais ninguém. Quem vier com uma posição do Supremo, nem aqui senta, porque aí também não pode haver posições diferentes quanto ao assunto.

Então, assim vimos conduzindo e assim eu acho que tem que ser feito.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, eu fui citado, eu queria, por gentileza, fazer uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. fez um apelo para que pudéssemos produzir. Eu estou aqui... Só faltam dois Deputados inscritos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu fui citado aqui pelo Deputado Augusto Coutinho, eu gostaria aqui, se possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Claro! V.Exa. tem direito, é regimental.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Tudo bem.

Deputado Augusto Coutinho, com todo respeito a V.Exa., houve, sim, alguns casos nesta CPI, aqui, em que os depoentes foram liberados, logo em seguida, depois da fala do Relator.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Pronto, então, diga quem foi, porque eu não sei o nome.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu citei aqui, há poucos instantes: o Presidente da construtora OAS, o Presidente da construtora...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Não, não, da construtora OAS, o Presidente, em Curitiba, foi ouvido por todos os Deputados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas aqui, nesta CPI, não.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Na CPI da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Aqui, no plenário do Congresso Nacional, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu posso ajudar a esclarecer esse...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Então, esclarece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou só esclarecer.

Foi adotado um procedimento, no início da CPI ainda, quando esses donos de empresas foram convocados. Nós escutávamos aqui, em termos de três, quatro, cinco, seis em um dia. E, quando eles vinham na condição de investigado, como é o caso do Sr. Frank Abubakir, que está aqui, que adotava o direito constitucional de



ficar calado, que é amplamente resguardado nas nossas leis, nós liberávamos os depoentes aqui, no plenário.

Quando fomos à Curitiba, nós adotamos outro procedimento. Os Deputados, antes da reunião, me procuraram, nas duas vezes, e exigiram o direito de ali, pelo menos, em o depoente ficando calado, de fazer alguma introdução, fazer alguma fala. E eu lá, em Curitiba, atendi.

Então, foram dois procedimentos diferentes, devido ao local em que as audiências públicas estavam sendo realizadas. Aqui nós já estamos encerrando. Diretamente nós vamos ouvir o Deputado Félix e o Deputado Paulo Azi, que também não vai usar a palavra. Então, temos só o Deputado Félix Mendonça Júnior. Vamos ouvir e, em seguida, nós iremos encerrar a nossa reunião.

Deputado Félix, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Minha sugestão é só que quem tiver pergunta, que a faça por escrito, encaminhe para a CPI, e a CPI encaminha para o depoente, e se encerra a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não vai fazer nenhum tipo de pergunta? Vai encaminhar por escrito?

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Quem tiver, encaminha por escrito. Eu não vou fazer nenhuma pergunta, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.k.

Não havendo mais Deputados inscritos, eu dispenso o Sr. Frank Geyer Abubakir, agradecendo a sua presença.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.